



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
EDVALDO SOUSA DO Ó - CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MARIA CLEBIANA MARINHO DA SILVA

**MINHA HISTÓRIA NO QUILOMBO: NAS TESSITURAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA
DE MULHERES DA COMUNIDADE DE CAIANA DOS MATIAS-PB (1990-2016)**

**CAMPINA GRANDE
2017**

MARIA CLEBIANA MARINHO DA SILVA

**MINHA HISTÓRIA NO QUILOMBO: NAS TESSITURAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA
DE MULHERES DA COMUNIDADE DE CAIANA DOS MATIAS-PB (1990-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586m Silva, Maria Clebiana Marinho da.

Minha história no Quilombo [manuscrito] : nas tessituras das histórias de vida de mulheres da comunidade de Caiana dos Matias-PB (1990-2016) / Maria Clebiana Marinho da Silva. - 2017.

62 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão , Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Mulher negra. 2. Quilombo. 3. Caiana dos Matias. 4. Memória das mulheres.

21. ed. CDD 981.33

MARIA CLEBIANA MARINHO DA SILVA

**MINHA HISTÓRIA NO QUILOMBO: NAS TESSITURAS DAS HISTÓRIAS DE VIDA
DE MULHERES DA COMUNIDADE DE CAIANA DOS MATIAS-PB (1990-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciada
em História.

Aprovada em: 15/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Cristina de Aragão

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Rozeane Albuquerque Lima

Prof^ª. Ms^ª. Rozeane Albuquerque Lima
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

José do Egito Negreiros Pereira

Prof. Me. José do Egito Negreiros Pereira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Maria da Paz, pela dedicação, companheirismo
e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me concedido o dom da vida, ter sido meu porto seguro nos momentos de angústia.

À professora Patrícia Cristina de Aragão pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

À minha mãe Maria da Paz, aos meus irmãos, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares, por ter me dado força para seguir em frente.

Aos meus avós maternos (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

À todos os professores do Curso de História da UEPB, que contribuíram ao longo desses quatro anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores Rozeane Albuquerque Lima e José do Egito Negreiros Pereira, que aceitaram participar da minha banca.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, especialmente a Aldiene Lopes dos Santos, Talita de Oliveira e Silva e Marcílio de Souza Santos Araújo. Agradeço também a Gabriel Tognin de Souza pela paciência, carinho e incentivo que teve para comigo desde o primeiro momento que nos conhecemos, meu muito obrigada por fazer parte da minha história.

“Minha atuação tem sido sempre de buscar o melhor e esse melhor tem se manifestado por meio do trabalho através da conscientização e regaste da identidade negra quilombola”.

(SILVA, 2017)

RESUMO

Este trabalho busca analisar a trajetória de luta, resistência e memória das mulheres quilombolas de Caiana dos Matias, mostrando como através de suas práticas culturais e de representação delas têm exercido um papel fundamental na manutenção social da comunidade, através de ações sociais, educacionais, políticas e culturais. A proposta deste trabalho é entender a mulher quilombola de Caiana dos Matias na perspectiva da liderança no campo de sua atuação na comunidade e, perceber como ela busca estratégias e meios para dar subsídios aquela comunidade através das políticas públicas. O objetivo geral deste trabalho é investigar como as mulheres da comunidade de Caiana dos Matias em Serra Redonda-PB, constroem suas identidades de pertencimento local e atuam no contexto histórico-social da comunidade. Nossa proposta de referencial teórico se baseia nos estudos de Scott (1995); Pollak (1992); Nepomuceno (2012); Filho (2011). O percurso metodológico desta pesquisa está centrado na metodologia da História Oral trabalhando com a história de vida, em que utilizamos como fonte a entrevista semiestruturada, fotografias, a legislação brasileira acerca da temática e a bibliografia. Os sujeitos colaboradores foram duas mulheres que residem em Caiana dos Matias e que fazem parte da história da comunidade. Entendemos que a partir das histórias de vida, lutas e resistências das mulheres remanescentes quilombolas de Caiana dos Matias podemos dar visibilidade a esses sujeitos mostrando como tem sido o trabalho desenvolvidos pelas mulheres na comunidade.

Palavras-chave: Mulher negra. Quilombo. Caiana dos Matias.

ABSTRACT

This work seeks an analysis of the trajectory of struggle, resistance and memory of quilombola women from Caiana dos Matias, showing how through their cultural practices and their representation they have exercised a fundamental role in the social maintenance of the community, through the social actions, educational, political and cultural. The proposal of this work is to understand the quilombola woman of Caiana dos Matias from the perspective of leadership in the field of their community and, to understand how she seeks strategies and ways to provide assistance to that community through public policies. The general objective of this work is to investigate how the women of the community of Caiana dos Matias in Serra Redonda-PB, build their identities of local belonging and act in a historical-social context of the community. Our proposal as theoretical reference basis in the studies of Scott (1995); Pollak (1992); Nepomuceno (2012); Filho (2011). The methodological course of this research is centered in the Oral History methodology working with the life history, in which, we use as a source a semi structured interview, photographs, the Brazilian legislation about the subject and bibliography. The collaborating subjects were two women who lives in Caiana dos Matias and are part of the history of the community. We understand that from the life histories, struggles and resistances of the remaining quilombola women of Caiana dos Matias we can give visibility to this subjects showing how the work has been developed by the women in the community.

Keywords: Black woman. Quilombo. Caiana dos Matias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------|--|----|
| Figura 1 | Serra Da Mangueira..... | 39 |
| Figura 2 | Visão Parcial Das Terras De Caiana Dos Matias..... | 42 |
| Figura 3 | Cozinha Comunitária..... | 44 |
| Figura 4 | Escola Frei Benjamim..... | 45 |
| Figura 5 | Mulheres De Resistência..... | 50 |
| Figura 6 | Reunião De Gestores..... | 54 |
| Figura 7 | Ciranda..... | 56 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 GÊNERO, ETNIA-RAÇA NA PERSPECTIVA DA MULHER NEGRA..... | 16 |
| 2.1 A mulher negra no contexto da sociedade brasileira: do feminismo negro à afirmação identitária | 16 |
| 3 COMUNIDADE DE CAIANA DOS MATIAS: TECENDO CAMINHOS E HISTÓRIAS..... | 29 |
| 3.1 As comunidades quilombolas na Paraíba no contexto atual | 29 |
| 3.2 Trajeto histórico de Caiana dos Matias | 38 |
| 4 TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE CAIANA DOS MATIAS NARRATIVAS DE MEMÓRIA E LIDERANÇA | 47 |
| 4.1 Narrativas sobre memórias de infância | 47 |
| 4.2 Histórias de vida e liderança de mulheres da comunidade de Caiana dos Matias..... | 52 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 58 |
| 6 REFERÊNCIAS | 60 |

1 INTRODUÇÃO

No contexto da história do Brasil, as mulheres negras passaram por um processo de exclusão no que se refere a participação, visibilidade e reconhecimento por parte da sociedade, pois sua identidade foi negada enquanto sujeito político no qual foram criados estigmas, estereótipos e lugares estabelecidos para esses sujeitos sociais, sendo construído imagens negativas em relação a população negra. Ao corpo da mulher negra foram associados valores negativos que conseqüentemente, conduzia a formação de uma autoestima baixa e que era afirmada por uma ideologia de branqueamento encontrando-se presente na sociedade brasileira.

Neste sentido, é preciso enfatizar como a população negra, em especial as mulheres negras têm se utilizado de diferentes formas de resistência para conseguir sua integração na vida social, política, econômica e os direitos básicos que lhes foram negados historicamente. Refletir sobre essa mulher negra, na contemporaneidade, é pensar que mesmo estando expostas a uma condição de inferioridade e as desigualdades de raça e gênero, elas têm lutado e conquistado espaços significativos em nossa sociedade, por meio de lutas e resistências diárias.

Nas comunidades negras rurais quilombolas, as mulheres desenvolvem um papel fundamental na manutenção social da comunidade, através de ações sociais, políticas, educacionais e culturais. As mulheres desta pesquisa, são as mulheres negras remanescentes quilombolas de Caiana dos Matias. Esta comunidade, está localizada no Município de Serra Redonda-PB. Trazer essas mulheres negras e suas experiências cotidianas para uma pesquisa histórica é fundamental para mostrar como tem sido o trabalho desenvolvido pelas mulheres na comunidade.

É preciso perceber os indivíduos como produtos, mas também produtores das construções sociais e culturais que estão em nossa sociedade. Perceber as práticas cotidianas como tradições culturais, as experiências vividas na comunidade de Caiana dos Matias e como essas experiências são passadas intergeracionalmente, se torna fundamental para entendermos como se estabelecem as divisões de tarefas e as relações de gênero e poder na comunidade. Diante disso, nos oportuniza pensar que representar em Pesavento (2003, p. 21):

É, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença.

A representação é utilizada neste trabalho para entender como a comunidade de Caiana dos Matias constrói formas de vida social que se expressam através das maneiras com que estes indivíduos veem o mundo, suas normas, discursos, imagens e ritos. As representações geram as condutas e práticas sociais, que explicam o real, em que os sujeitos acabam atribuindo sentido ao mundo por intermédio das representações que constroem sobre a realidade em que vivem.

Dessa maneira, nossa proposta é entender a mulher quilombola de Caiana dos Matias na perspectiva da liderança que esta desenvolve no campo e como empreende sua atuação na comunidade. Propomos também, perceber como ela busca estratégias e meios para dar subsídios a comunidade através das políticas públicas que são propostas para as comunidades. A escolha sobre essa temática, teve início em função de ter conhecido desde a minha infância a comunidade através dos meus familiares, partindo disso propus este tema no sentido de compreender na pesquisa histórica qual o papel que as mulheres de Caiana dos Matias desenvolvem naquele espaço, o trabalho feminino e o fazer das mulheres negras na comunidade.

É necessário entender a importância que essas mulheres negras quilombolas têm para a comunidade, suas histórias de vida, pois suas práticas culturais, atuação e representação a partir do quilombo tornam-se importante para que possamos perceber como elas estão atuando em busca de seus direitos sociais, na construção de sua identidade, trazendo marcas da luta constante de enfrentamentos e preconceitos sofridos pela sociedade, pelo poder público e pelo Estado, o recorte temporal aqui utilizado é dos anos de 1990 a 2016.

O objetivo geral deste trabalho é investigar como as mulheres da comunidade negra de Caiana dos Matias em Serra Redonda-PB, constroem suas identidades de pertencimento local e atuam no contexto histórico-social da comunidade. Os nossos objetivos específicos são analisar o lugar da mulher negra quilombola no contexto da comunidade de Caiana dos Matias-PB, através da sua autobiografia, memória e história de vida; discutir sobre a comunidade negra de Caiana dos Matias, seu trajeto histórico e social enfatizando o papel das mulheres e

a importância delas na organização social comunitária; verificar através de narrativas orais na perspectiva autobiográfica, como as mulheres negras de Caiana dos Matias, elaboram suas percepções sobre a comunidade e desenvolvem ações sociais e culturais das mesmas.

Ressaltamos que essas mulheres quilombolas são produtos da realidade social em que vivem e, também sujeitos históricos que atuam e desenvolvem múltiplas facetas no seu cotidiano, visto que a mulher negra quilombola da comunidade de Caiana dos Matias luta contra a invisibilidade criada pela história oficialidade que ignorava os efeitos da escravidão na sociedade brasileira e que acabou gerando a inexistência de uma política pública que seja efetiva e que dê condições de uma melhor qualidade de vida para esses remanescentes de quilombos.

Para além de desenvolver um papel político exercido na associação e na organização social da comunidade, as mulheres lutam em busca do resgate e valorização da identidade, por terras, saúde, por uma educação diferenciada que fosse valorizada na história da comunidade, por melhores condições de vida e por direitos que lhes foram negados historicamente. Essas mulheres remanescentes quilombolas, têm lutado pelo seu empoderamento, participando de atividades na Associação Comunitária Negra Rural de Caiana dos Matias que visa trabalhar a identidade, autoestima e debater as políticas públicas, que acabam por desmistificar as representações que estão no pensamento da sociedade atual, em que essas mulheres só poderiam fazer parte do espaço privado doméstico.

Pesquisar as histórias de vida e lideranças das mulheres do Matias se torna importante para entender como a mulher negra quilombola está atuando dentro da sua comunidade os desafios, desejos, perspectivas e lutas enfrentados por elas para conseguir uma melhor qualidade de vida, mas também se torna essencial para entender como elas elaboram suas percepções sobre a comunidade e desenvolvem ações sociais e culturais neste espaço e as maneiras como estas estabeleceram suas relações sociais no contexto em que vivem e desenvolvem múltiplas facetas nas suas histórias de vida. É importante mostrar essas mulheres negras quilombolas como sujeitos históricos que atuam tanto no espaço privado como também no espaço público.

As mulheres remanescentes quilombola de Caiana dos Matias, vêm enfrentando diversas formas de exclusão e desigualdade, que são responsáveis por

manter esse grupo em condições de vulnerabilidade, já que os avanços que tem se obtidos são poucos. Ao trazer essas mulheres negras como sujeitos históricos e como mulheres de resistências da comunidade, nos permite entender a luta destas pela integração dessa mulher na vida social, cultural e econômica.

Situar essa mulher negra no social, cultural e no histórico a partir do quilombo é essencial para que possamos entender suas identidades de pertencimento que são construídas através da comunidade, suas histórias de vida, memórias e ações sociais que são desenvolvidas pelas mesmas na comunidade. Entendo que o quilombo é um espaço multifacetado, permeado por movimentos sociais e práticas econômicas diversas, assim, os sujeitos que vivem e compartilham da herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico, sua identidade se torna a base para sua organização.

Este trabalho se situa no campo da História Cultural, conforme Burke (2005, p. 42) “é um conceito “vago”. Em geral, é usado para se referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixa” continuando a metáfora, de modo a incluir a “baixa” cultura ou cultura popular”. Partindo da abordagem sobre gênero, etnia-raça para compreender as histórias das mulheres na comunidade, apresentando novas fontes e compreensão dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres para os quilombos, a partir do foco nas mulheres negras. Para fundamentar as reflexões acerca da realidade investigada, bem como para embasar a proposta de se estudar as mulheres lideranças na comunidade quilombola de Caiana dos Matias, subsidiar-me-iei nos estudos de Scott (1995); Pollak (1992); Nepomuceno (2012); Filho (2011).

A metodologia que pautará essa discussão trata-se de uma pesquisa em História com o uso da História Oral. Conforme Freitas (2006, p. 18), “História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”. O uso de fontes orais no trabalho historiográfico tem se tornado cada vez mais comum tendo como finalidade criar fontes históricas, em que a documentação deve ser armazenada, conservada e sua abordagem inicial deve partir dos objetivos da pesquisa.

Os sujeitos desta pesquisa foram duas mulheres que possuem uma faixa etária entre 48 anos a 58 anos de idade. A nossa primeira entrevistada, foi Eliane Bento da Silva, ela é professora, agricultora e líder comunitária, nasceu no Sítio

Caiana dos Matias onde reside até os dias atuais, a nossa segunda entrevistada se chama Maria José da Silva Matias, ela é agricultora, nasceu no Sítio Caiana dos Matias e também reside na comunidade. A trajetória dessas mulheres é importante para o percurso desta pesquisa, pois através das suas narrativas sobre o tema estudado podemos entender melhor a trajetória de vida e liderança que assumem na comunidade.

O lócus desta pesquisa foi a comunidade remanescente quilombola de Caiana dos Matias que está localizada no Município de Serra Redonda-PB. As fontes utilizadas neste trabalho foram as entrevistas semiestruturadas, a legislação brasileira, as fotografias e a bibliografia. Este trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro capítulo “gênero, etnia-raça na perspectiva da mulher negra”, busca-se fazer uma discussão sobre a mulher negra na contemporaneidade e, situar a partir disso as mulheres quilombolas de Caiana dos Matias; o segundo capítulo cujo o título é “Comunidade de Caiana dos Matias: tecendo caminhos e histórias”, mostra essa nova ressignificação do conceito de quilombo e como têm sido a luta das comunidades remanescentes quilombolas da Paraíba, para obter o título e o terceiro capítulo “Trajetória de vida das mulheres quilombolas de Caiana dos Matias narrativas de memória e liderança” abordaremos as histórias de vida e liderança das mulheres negras de Caiana dos Matias.

2 GÊNERO, ETNIA-RAÇA NA PERSPECTIVA DA MULHER NEGRA

Neste capítulo abordaremos sobre a trajetória das mulheres negras no Brasil partindo do pós-abolição, para mostrar imagens, lugares e espaços que foram criados e associados a figura da mulher negra. Percebendo ainda que, mesmo elas estando submetidas a diversos modos de opressão, as mulheres negras souberam usar dos poucos espaços deixados pela sociedade brasileira, para lutar contra a opressão de gênero e raça, buscando através do feminismo negro uma sociedade em que se possa viver a diferença por meio da igualdade e não mais como uma forma de inferioridade.

2.1 A mulher negra no contexto da sociedade brasileira: do feminismo negro à afirmação identitária

Nas últimas décadas, as mulheres de boa parte do mundo e em especial do Brasil, alcançaram lugares inimagináveis, embora ainda não podemos assegurar que as mulheres tenham obtido igualdade em relação aos homens. Nesses aspectos, obtivemos avanços que devem ser reconhecidos no espaço educativo, profissional e econômico, entretanto, o que percebemos é que muitas mulheres saíram do lugar de subalternidade que lhes era reservado, para ocupar posições significativas no mundo do trabalho. Dessa forma, passaram a atuar em profissões que antes eram tidas como exclusivamente masculina, conquistaram diplomas em cursos superiores, elevando seus conhecimentos, obtiveram direito ao voto e ocuparam cargos políticos de grande importância.

Essa trajetória não foi aplicada a todas, visto que as mulheres de grupos sociais mais elevados viveram de maneiras e em ritmos diferentes se compararmos a história das mulheres negras no Brasil. A figura deste perfil feminino, nos mostra uma exclusão no que diz respeito a participação, visibilidade e reconhecimento por parte da sociedade brasileira. As experiências sociais maturadas, foram diferentes para mulheres brancas e mulheres negras e se intensificaram no período de pós-abolição. Problemas comuns como sexualidade, saúde reprodutiva, educação e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para ambas.

Nessa conjuntura, a identidade da mulher negra brasileira foi negada enquanto sujeito político na história desta sociedade, sendo elaborados estereótipos,

estigmas e lugares estabelecidos que ampliaram o fosso social e reverberaram na memória coletiva até os dias atuais.

Esse processo de exclusão, fixou significados negativos para a imagem da mulher negra e essas imagens, foram construídas a partir dos modos como no contexto social brasileiro, o povo negro foi representado. Consequentemente, como “esta representação refletiu nas condições de vida das mulheres negras, pois estas passaram a ocupar as categorias ocupacionais de menor prestígio e remuneração, mesmo que seja crescente o número de mulheres com escolaridade superior” (ESTANISLAU, 2010, p. 216). Em vista disso, a atribuição de valores negativos a detalhes do corpo da mulher negra, induz à formação de uma baixa autoestima que é responsável por uma ideologia de branqueamento difundida na sociedade, para Mendes (2013, p. 35)

A cor da pele estigmatiza o sujeito a tal ponto, que se torna uma espécie de marca. A cor da pele, o cabelo crespo, a largura do nariz, a grossura dos lábios, no racismo brasileiro, define o que é ser branco ou ser negro. No caso dos negros em uma sociedade racista, essa marca o difere pela sua suposta inferioridade.

A partir desses traços, constroem-se imagens do diferente, este, percebido sempre como inferior. Neste contexto, as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que são retratadas como padrão a não ser seguido, pois o modelo estético propagado é o da mulher branca. Múltiplas, são as barreiras enfrentadas diariamente pelas mulheres negras que estão ligadas aos fatores de raça, gênero, idade, origem étnica, cultura e a religião. Nos permitindo, então, dizer que as origens das desigualdades raciais no Brasil estão condicionadas ao processo histórico-cultural que se estabeleceu com a negação da cultura negra

O racismo produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. Dessa maneira, são veiculadas normas e prescrições para a população negra, que funcionam como máquinas de agenciamento de identidades e subjetividades homogêneas, passivas e assujeitadas (BERNARDES; OLIVEIRA; MENEGHEL, 2009, p. 267).

No entanto, precisamos considerar as diferentes formas de resistências empreendidas pela população negra e pelas mulheres, sendo aplicadas através de suas potencialidades, constituindo-se assim, ao longo do tempo. Por meio dos grupos e movimentos, essas mulheres buscam pensar sobre direitos humanos,

sexismo, racismo e pelos seus direitos visando o fortalecimento e o exercício da cidadania.

As mulheres negras, têm lutado pela sua integração na vida social, o direito a uma educação de qualidade, cidadania, participação política, por espaços e representações. A partir disso, se torna essencial perceber a importância que essas mulheres possuem na sociedade brasileira, através de lutas, reivindicações e conquistas, buscando superar as desigualdades geradas por uma história hegemônica masculina, desfazendo-se de ideologias e de sistemas de opressão.

Desse modo, é importante enfatizar que as mulheres compreenderam e souberam usar com excelência os poucos espaços de sobrevivência e atuação deixados por uma sociedade profundamente marcada pela raça e gênero. “O avanço e a importância da estratégia de luta das mulheres negras brasileiras podem ser mensuradas a partir de 2002” (NEPOMUCENO, 2012, p. 401), pois a partir de 2002, a Plataforma Política Feminista começou a elencar questões como a luta antirracista e a defesa dos princípios de equidade étnico-racial.

Assim sendo, pensar a mulher negra na contemporaneidade é perceber que historicamente se fizeram presentes na senzala, na casa grande, no trabalho braçal, e hoje através de lutas ocupam o mercado de trabalho, movimentos sociais, movimento feminista e universidades. No entanto, mesmo que ainda estejam expostas a uma condição de inferioridade e de desigualdade de raça e gênero, elas têm lutado e conquistado espaços significativos em nossa sociedade, provando sua competência e se inserindo em diferentes contextos sociais, por meio da conscientização e resistências diárias.

Todos esses desafios, lutas e resistências são ainda maiores quando se fala em mulher negra quilombola. Como as comunidades quilombolas na Paraíba, emergiram do processo de produção e ocupação do espaço agrário, elas estão, portanto, permeadas por uma lógica moral, hierárquica e simbólica representada na autoridade paterna. “Essa hierarquia se expressa na organização e realização do trabalho, nos arranjos familiares, nos diferentes papéis, deveres e direitos atribuídos diferencialmente aos membros de acordo com o gênero e a idade” (MONTEIRO, 2013, p. 105), com isso, abarca valores sociais e atribui ao trabalho feminino designações e significados diferenciados e, conseqüentemente são inferiorizadas.

No imaginário coletivo é senso comum, a constituição social e cultural do que é ser homem e do que é ser mulher. Nas representações e divisões do trabalho, em

uma comunidade remanescente quilombola, o espaço privado doméstico é visto como um espaço por excelência da mulher, por outro lado, o homem atua nos espaços públicos. Essa condição subalterna das mulheres quilombolas, vem se modificando para algumas delas, pois existe uma clara liderança feminina dentro da comunidade, evidenciando que essas mulheres têm lutado para ocupar cargos de poder e decisão, além de romper com o padrão de que estão excluídas e submetidas a outras formas de opressão, dominação ou subordinação.

Se torna importante destacarmos como são construídas as relações de gênero e, dentro dessas relações, como as mulheres no seu cotidiano constroem, negociam e criam estratégias que indicam uma modificação das relações patriarcais.

As mulheres negras e quilombolas têm sofrido, ao longo da história, as maiores desigualdades de gênero, raça, sociais e econômicas em nosso país, por essa razão, estudar as práticas cotidianas dessas mulheres é imprescindível na medida em que nos possibilita desnaturalizar as representações cristalizadas, trazendo a atuação das mulheres no processo histórico como sujeitos ativos. As mulheres negras, remanescentes quilombolas, carregam consigo uma constante história de lutas cotidianas que atravessaram e ainda permeiam as suas vidas, uma trajetória de enfrentamentos aos preconceitos sofridos, pelos fazendeiros, pelo Estado e pelas políticas públicas.

As mulheres negras e as mulheres quilombolas por certo tem as suas especificidades e historicidades, mas que estão inseridas no processo histórico de exclusão e se encontram em meio a uma estrutura social de profunda desigualdade (SOUZA, 2013, p. 151).

Posto isto, torna-se fundamental uma discussão sobre gênero, etnia e raça centralizado nas mulheres negras. Assim, o conceito de mulher proposto neste trabalho, é retirada de Linda Nicholson apud Piscitelli (2001, p. 20):

Trata-se de uma ideia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido. Isto é, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Algumas dessas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos de tempo, em certos contextos – o que não quer dizer que possam ser universalizados.

A partir desse conceito, podemos perceber que a proposta de Linda Nicholson (2001), está pautada em uma reflexão sobre as mulheres em contextos específicos

trata-se então, da negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher, neste sentido, a re-criação da categoria mulher é, sobretudo, política. Essa categoria mulher proposta pela autora, é capaz de ilustrar semelhanças e diferenças que se cruzam, em função disso, o corpo não desaparece, torna-se uma variável específica cujo sentido e importância serão reconhecidos em diferentes âmbitos históricos oscilantes.

Esse conceito, não inviabilizaria a prática política por meio da luta feminista, porque nos últimos anos as lutas foram compostas por reivindicações relativas as diferentes necessidades dos grupos que constituem a coalização. Entendendo grupo de coalização como, grupos com interesses definidos em torno de benefícios mútuos. Em concordância com Nicholson (2000), essa política de coalização será pensada por não como algo meramente externo a política feminista, mas também interno. Consequentemente, conforme enfatizado, a seguir, sabemos que:

Essa abordagem significaria pensarmos política feminista como a união daquelas que querem trabalhar em torno das necessidades das “mulheres”, não sendo tal conceito necessariamente entendido num sentido específico ou consensual (NICHOLSON, 2000, p. 37).

Essas estratégias, têm sido utilizadas pelas feministas nos últimos anos, incluindo as reivindicações articuladas para tentar abarcar a diversidade ou por meio de demandas específicas de grupos que temporariamente se unem. É preciso enfatizar que essa re-criação da categoria mulher, tem como função abandonar a utilização do gênero, considerando-a explicitamente como categoria política.

Diante disso, estudos recentes estão voltados para esta compreensão e análise da necessidade de pensar a mulher através dos marcadores sociais de diferença, tais como: raça, gênero, sexo, geração, etnia e raça. Visando, com isso, observar a articulação entre essas diferenças, enquanto impressões sociais, para a construção coletiva das desigualdades. A ausência histórica da discussão pública sobre raça e racismo no Brasil, resultou na invisibilidade das relações de dominação racial, como também, no campo de estudos sobre as mulheres, sendo retratadas de forma única, não se atentando para suas especificidades e diferenças, nos revelando que as diferenças raciais não têm quase nenhuma importância em nosso país.

Essa generalização sobre as experiências das mulheres brasileiras, resultou na visão essencializada da condição feminina, negando as diversas formas de

experiências e reproduzindo a ideia de uma identidade feminina, portanto, o discurso criado sobre a opressão da mulher produzido através das relações de gênero de uma ideologia patriarcal, não dão conta da diferença que este tipo de opressão tem na construção da identidade feminina da mulher negra.

Através da compreensão da importância e ação política das desigualdades de gênero, o feminismo transformou essas mulheres em novos sujeitos políticos, mostrando que cada grupo possui suas demandas específicas, não podendo ser tratada apenas sobre a ótica da questão de gênero, se este não estiver ligado com a definição do ser mulher, enquanto mulher branca ou negra na sociedade brasileira. De acordo com Sueli Carneiro (2003, p. 119):

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um movimento dialético, que se de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres.

As divisões raciais, dentro do movimento feminista brasileiro, ocorreram em 1975 com a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso das Mulheres Brasileiras. Esse evento, marcou o primeiro reconhecimento formal das divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro.

O manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto à dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto à dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual (CALDWELL, 2000, p. 97-98).

Ao reconhecer que a escravidão no Brasil, em termos de dominação racial, de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição, passaram a ter significações diferentes para ambas as mulheres. Com isso, as mulheres negras do movimento feminista passaram a problematizar a opressão de mulheres que não consideram a relação entre ideologia patriarcal e racismo. As feministas negras, tentaram focalizar os seus trabalhos nas dimensões raciais de opressão da mulher trazendo a relação entre raça, gênero e classe, mostrando ainda, a tendência das feministas brancas ao acusar a divisão sexual do trabalho negando a divisão racial.

O feminismo negro passou então, a analisar não somente a questão de gênero, mas também as outras variáveis existentes nessa relação, destacando que o gênero não pode ser separado a outros arcabouços de opressão, tendo como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero. O feminismo negro, enfatiza que é o racismo quem determina a própria hierarquia de gênero em nossa sociedade. É por meio do racismo que se estabelece a inferioridade social dos segmentos negros e em especial, das mulheres negras.

Por intermédio das lutas das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça, vem se construindo novas formas de atuação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão racial, como também as relações de gênero em nossa sociedade brasileira. Trazer essa nova perspectiva, feminista e antirracista, acaba por integrar a luta do movimento negro e do movimento das mulheres, uma identidade política decorrente da condição específica da mulher negra.

O atual movimento das mulheres negras, ao trazer para cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, gênero, classe e etnia, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2011, p. 3).

Nas últimas décadas, as mulheres negras brasileiras lutaram por espaços e representação. Na política, se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. O que tem impulsionado essa luta é a esperança na possibilidade de estruturação de um modelo humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista e feminista assumidos pelas mulheres negras no Brasil e do mundo. Objetivando, dessa forma, a construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença possa ser vivida por meio da igualdade e não mais como inferioridade.

Percebemos então, que a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, se deu por meio de um combate, pois de um lado estava a identidade branca e ocidental das formulações clássicas feministas e do outro lado, se percebeu a necessidade de revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em uma

sociedade de diferentes raças e culturas. Por meio dessas iniciativas, se tornou possível combater as desigualdades de gênero no seu interior.

A luta das mulheres negras contra o racismo, preconceito, discriminação racial e contradições as relações de gênero têm gerado progresso no campo de direitos sociais e humanos. Nesse cenário, é necessário entender que a mulher negra sempre necessitou está inserida na luta por melhores condições de vida, ocorrendo através de diversas formas de organização desde o período escravista, no pós-abolição e nos dias atuais, desmistificando a ideia de que a mulher negra agiu de forma passiva aceitando tudo que lhes era imposto.

A historiografia nos últimos anos, passou a estudar a história das mulheres, mas isso só foi possível porque a partir da década de 70 do século XX com a crise do estruturalismo e com a retomada do projeto feminista, a historiografia brasileira buscou outras disciplinas para trazer os estudos sobre as mulheres e sobre as relações de gênero entre si, poder e suas experiências cotidianas, lançando novos olhares em torno da vida social e política das mulheres, colaborando na construção da memória de grupos que estavam as margens do poder.

No Brasil, as desigualdades sociais a qual as mulheres e negros estão expostos, estão longe de serem superadas. Essas desigualdades, têm influenciado historicamente a vida das mulheres negras e aparecem de forma mais relevante, quando falamos da realidade social e econômica. Com isso, é necessário atentarmos para uma reflexão de como a mulher negra foi pensada na sociedade brasileira na condição de escrava livre no pós-abolição, evidenciando os privilégios para algumas e a exclusão sofridas por parte das mulheres negras.

Até o início do século XX, as mulheres negras não tiveram o mesmo tipo de submissão vivida pelas mulheres brancas de elite, o seu espaço de atuação foi reservado às mulheres brancas, uma vez que pobres e discriminadas foram forçadas a utilizar de estratégias para sobreviver aos desafios cotidianos. “Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público” (NEPOMUCENO, 2012, p.383), assim sendo, a presença dessas mulheres negras no espaço público seria alvo de intervenções por parte das autoridades.

Com o advento da República em 1889, a modernidade veio como sinônimo de progresso e civilização, dessa forma, tornou-se imprescindível fazer algumas mudanças, principalmente no que diz respeito a sociedade. A transformação de

alguns aspectos das cidades, nos modos de vida e da mentalidade da população, formas de morar, de vestir e de se divertir, passaram a ser tratados sob a ótica policial, havendo uma intensa repressão a elementos da cultura popular que acabavam por denegrir a imagem civilizada construída no país.

Em meados de 1940, algumas medidas foram utilizadas como forma de repressão por parte da polícia, as primeiras investidas policiais foram contra os terreiros de candomblé, benzedadeiras e rezadeiras, posteriormente, os grupos populares começaram a ser expulsos da área central da cidade do Rio de Janeiro, agora, destinada para as elites, homens e mulheres negras que não possuíam trajes recomendados para época, deveriam sair das áreas centrais.

Com essa perspectiva, uma das medidas mais radicais assinaladas, foi substituir os trabalhadores negros por trabalhadores imigrantes europeus. “A adoção da mão de obra imigrante nos meios rurais e urbanos marginalizou os trabalhadores afro-brasileiros, preteridos pelos patrões nos mais diversos setores da economia” (NEPOMUCENO, 2012, p. 384). Nas primeiras décadas da República, se intensificaram a adoção de teorias racistas, afirmando a inferioridade dos povos não brancos. Com a abolição da escravidão, homens e mulheres negros e ex-escravos, sofreram uma série de dificuldades para inserir-se nessa nova sociedade.

Uma das formas mais visíveis da exclusão, deu-se no mercado de trabalho, em função disso, por conta do preconceito racial, a população negra encontrou poucas oportunidades, na indústria, no comércio e no serviço público, aos negros foram reservadas pequenas atividades de baixa remuneração. Nas primeiras décadas do século XX, devido a política de branqueamento adotada pelo Estado brasileiro, os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres negras estavam ligados à cozinha, à venda de salgados e doces nas ruas, lavagem de roupas e principalmente, como empregadas domésticas.

Como as mulheres negras estavam acostumadas as dificuldades da vida, não existiu espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido, dedicada exclusivamente ao lar. Já nos espaços disponíveis, como a indústria e o comércio, a discriminação racial estava presente, antes de se contratar a candidata, era exigido que tivessem “boa aparência”. Havia a discriminação sexual que se agravava quando se associava a discriminação racial, estando assim, exposta a mulher negra a um ciclo de vulnerabilidade que se caracterizava por baixos salários, jornadas de

trabalho maiores e pouca escolaridade que se perdurou para as gerações mais novas, obrigando-as a entrar mais cedo no mercado de trabalho.

Desde de muito cedo, a população negra e em especial a mulher negra, obteve maiores dificuldades em integrar-se ao quadro educacional. Durante o Brasil Colônia e Império, devido a condição jurídica do escravo, estava vetado o acesso à educação formal a negros e negras. No pós-abolição, em razão do preconceito racial que existiu naquela sociedade, essa população, encontrou muitas dificuldades para alcançar um lugar nas escolas da rede pública. Já na metade do século XX, os movimentos negros destacavam a educação como instrumento de ascensão social, incentivando os negros a estudarem.

As próprias entidades militantes desenvolviam iniciativas educacionais, sem qualquer suporte do Estado. O incentivo, para que as mulheres negras procurassem instruir-se visava romper com o lugar estigmatizado e subalterno ocupado por elas no mercado de trabalho. Em virtude disso, devido a constante necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência da família, manteve as mulheres negras afastadas da escola, o ingresso precoce no mercado de trabalho e a baixa remuneração associado a discriminação racial e de gênero também colaboraram para a situação vivida por esse grupo se comparado a homens e mulheres brancas.

Quando pensamos a realidade dessa mulher a partir do campo, se torna ainda mais problemática, uma vez que o processo de produção e ocupação do espaço agrário, no qual são determinadas regras, geralmente, fundamentada na figura paterna que envolve valores sociais estabelecidos na relação entre terra, trabalho e família. Percebemos então, que a hierarquia social camponesa está sustentada na autoridade paterna e na divisão sexual do trabalho dentro da família, atribuindo ao trabalho feminino designações e significados diferenciados, inferiorizados diante do trabalho desenvolvido pelo homem.

Outro dado preocupante é o alto índice de mulheres não letradas em comunidades tradicionais, revelando a existência de uma espécie de prolongamento da situação vivida pelas mulheres negras no pós-abolição e a necessidade do governo brasileiro em investir na educação e no desenvolvimento em comunidades quilombolas.

O trabalho no roçado, o casamento e/ou cuidado dos filhos e a falta de acesso à escola foram os principais motivos apontados pelas mulheres quilombolas, como fatores impeditivos para frequentar ou continuar estudando, somados representam mais de 60% das mulheres dentre os

diversos motivos que impossibilitaram tanto a permanência das mulheres na escola quanto a sua inserção nela, destacam: a) a falta de condições financeiras dos pais para comprar o material didático exigido pela escola o que ocasionou a desistência; b) a inexistência de transporte para se dedicar a escola na sede da cidade; c) a necessidade de abandonar a escola para cuidar de um parente doente, tarefa geralmente atribuída às mulheres; d) a morte de parente, o que dificultou o sustento da família e acarretou o afastamento da escola para trabalhar; e) problemas de saúde; f) falta de condições financeiras para continuar estudando quando concluíram o Ensino Médio; g) o mais cruel de todos os fatores apresentado, a fome (MONTEIRO, 2013, p. 125).

É preciso enfatizarmos aqui, como o corpo negro feminino foi pensado na sociedade brasileira, para que assim possamos entender como fica a condição dessa mulher em nossa sociedade contemporânea. Desde muito cedo, os africanos de todo o continente foram alvos de descrições e especulações de europeus e muçulmanos, a cor negra intrigou e despertou admiração, desprezo e cobiça por parte dos colonizadores. De acordo com Eduardo França Paiva (2011, p. 69-70):

É importante lembrar a antiga associação bíblica entre os escravos negros na África e Cam – que viu o corpo nu do pai, Noé, que jazia embriagado, o qual, por isso, amaldiçoou os descendentes do filho a serem escravos de seus parentes. Entretanto, nem sempre as representações e as imagens construídas sobre aos africanos, sobretudo sobre os negros, foram pejorativas e desqualificativas, como parece ter -se tornado comum a partir, talvez, dos séculos XIV e XV. Provavelmente ao longo domínio dos mouros sobre a Península Ibérica e a associação crescente entre este, os muçulmanos, turcos, negros e o tráfico de escravos para a Europa tenham acentuado visões negativas sobre eles.

Os viajantes junto com os colonizadores, passaram a registrar suas visões a respeito das populações negras africanas, mostrando uma visão depreciativa que esses homens tinham dos africanos e, em especial da mulher negra escrava.

Entre os vícios, mais uma vez condenava o costume das escravas e das meninas de andarem nuas e das princesas de não usar véu. Corpos femininos á mostra e a amizade entre homens e mulheres, na sua visão, era sinônimo de promiscuidade, de luxúria e de ofensa às leis do Alcorão (PAIVA, 2011, p. 73).

As imagens de sexualmente degradados e imorais seria então, disseminada pelos europeus e muçulmanos cada vez mais associada aos africanos, em especial aos negros e mais tarde, na travessia do Atlântico. Portanto, existia para esses conquistadores a visão da sensualidade que os negros faziam de seus corpos e para eles era algo que degenerava toda população. Essas ideias, foram mais

difundidas até o início do século XX, dando sustentação para a teoria de degeneração pela mestiçagem biológica, sobretudo, nas Américas.

Por esse motivo, se torna essencial destacar que todas essas visões relativas a cor da pele, aos modos de viver e ao fenótipo atribuídos a homens e mulheres negras, partiram de um olhar europeu e de um padrão de beleza ocidental. Foram essas visões que atravessaram o Atlântico, contribuindo fortemente para disseminar essas ideias no imaginário do Novo Mundo, a marca que se diferenciava desde os primeiros anos de conquista foi a rápida e intensa mestiçagem biológica.

Já nas primeiras décadas do século XVI, a cor da pele foi um dos símbolos mais visíveis e mais usado para identificar e classificar a população. Essa mestiçagem americana, se desenvolveu associada a um forte componente sexual e sensual, impulsionada em particular pela condição de uma ocupação genuinamente masculina de europeus e africanos. Se constitui assim, a imagem de “negra para trabalhar” e “mulata para f...” que eram encontradas nos folhetins da época, revelando a incorporação das antigas imagens associadas a homens e mulheres africanos, que agora se apresentava como o resultado biológico da mestiçagem em versão feminina, a mulata.

Diversos rótulos em torno da sexualidade, estereótipos e sensualidade foram atrelados as mulheres afrodescendentes no processo histórico do Brasil, por décadas, surgiram imagens negativas em torno da mulher, como sua “feiura” e o seu cabelo “ruim”. Mesmo hoje com todas as mudanças culturais, sociais e políticas, as mulheres afrodescendentes e principalmente, as mulatas continuam a serem alvos de estereótipos reproduzidos através da mídia. Essas caracterizações, conviveram e ainda convivem no imaginário da nossa sociedade, tendo a figura da mulher negra eternizada em papéis subalternos, destituída da própria história e desvinculada de laços familiares.

As experiências sociais foram diferentes para as mulheres negras e brancas, o feminismo negro tem chamado atenção para analisar de forma interseccional o racismo, o gênero, classe e a sexualidade para que assim, possa compreender o lugar marginalizado e as condições de vida a que as mulheres negras se encontram. Através disso, as feministas afrodescendentes têm elaborado estratégias sociais e políticas que venham a transformar a realidade dessas mulheres.

As ativistas negras têm desempenhado papel crucial no desenvolvimento de uma crítica - fundamentada na perspectiva de gênero - ao racismo brasileiro, que evidencia os mecanismos pelos quais os discursos e práticas racistas têm implicado na perpetuação das desigualdades sociais contemporâneas; tais discursos e práticas têm ainda atuado como obstáculos à plena extensão da democracia e da cidadania a todos os setores da sociedade brasileira (CALDWELL, 2007, p. 53).

O feminismo negro tem se esforçado para reestruturar a sociedade brasileira em termos mais igualitários, as ativistas negras têm demonstrado a importância de se usar as especificidades das mulheres como base para criar políticas que atendam às suas necessidades. As feministas negras têm lutado para transformar as identidades e as experiências dessas mulheres, elas desenvolvem programas que buscam tratar os efeitos causados pela dominação racial, de gênero e classe, trabalhando sua autoestima, empoderamento, identidade e as relações pessoais.

Em um nível macro, as ativistas negras estão atuando no Estado, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Elas, estão organizadas coletivamente questionando a invisibilidade política e lutando em busca de iniciativas que tratem as questões de desigualdade racial e de discriminação, essas tentativas, visam promover a transformação social a nível macro levando em consideração as necessidades das mulheres negras.

Pensar as mulheres negras, se torna ainda mais difícil quando pensadas a partir do quilombo. Essas mulheres negras quilombolas, carregam consigo uma história de enfrentamento aos preconceitos sofridos, aos poderes públicos, aos fazendeiros e ao Estado. A mulher negra que faz parte dessa pesquisa, é a mulher negra da comunidade remanescente quilombola de Caiana dos Matias, localizado no município de Serra Redonda-PB.

3 COMUNIDADE DE CAIANA DOS MATIAS: TECENDO CAMINHOS E HISTÓRIAS

Neste capítulo abordaremos sobre algumas comunidades remanescentes quilombolas na Paraíba no contexto atual, trazendo o quilombo como campo negro permeado por aspectos multifacetados, na qual essa visão faz parte de uma perspectiva atual que percebe o quilombo para além da prática de fuga-resistência, mostrando assim, a diversidade das relações existentes entre escravos e sociedade escravocrata e as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriaram-se da terra. Ainda neste capítulo, buscamos trazer a História do quilombo de Caiana dos Matias e, a importância das mulheres para este espaço do quilombo através dos trabalhos desenvolvidos, sua atuação e representação.

3.1 As comunidades quilombolas na Paraíba no contexto atual

A escravidão no Brasil durou quase quatro séculos e com o seu fim, o Estado brasileiro não criou políticas públicas para essa população, deixando-os a margem da nossa sociedade. Foi somente a partir dos anos 70 do século XX, que a questão quilombola foi colocada em pauta no contexto nacional, em grande parte devido ao movimento negro contemporâneo, aos intelectuais e a mobilização política na luta em torno da população negra rural que culminou na publicação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68, da Constituição de 1988, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo ao Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Porém, um longo caminho foi percorrido para fundamentar teoricamente uma identidade quilombola a um grupo e garantir o seu acesso à terra, se tornaria necessário redimensionar o próprio conceito de quilombo que tinha como intuito o de abarcar as diferentes formas pelas quais os escravos adquiriram a terra. Até meados da década de 70 do século XX, o conceito de quilombo utilizado foi criado pelo Conselho Ultramarino em 1740, que se valeu da seguinte definição: “Toda habitação de negros fugidos, que passem que cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002, p. 2).

Essa descrição, do que seria o espaço do quilombo percorreria o imaginário da população e seria uma definição clássica de estudiosos sobre a temática quilombola até a década de 70 do século XX, sendo associada a fuga-resistência. Um dos traços marcantes dos autores que trabalhavam com o tema quilombola, era atribuir os quilombos um tempo histórico passado, remetendo a sua existência apenas durante o período da escravidão no Brasil, negando o sistema escravista e consequentemente aparecendo apenas como espaço de resistência e de isolamento da população negra. Embora essa produção científica seja importante e legítima, não abarcava a diversidade das relações existentes entre escravos e sociedade escravocrata e as diferentes formas pelas quais os negros adquiriram as terras e as muitas experiências encontradas no Brasil.

Essa visão reduzida que se tinha do quilombo refletiria nas comunidades negras rurais, ocasionando a invisibilidade produzida por uma história oficial que ignora os efeitos da escravidão na sociedade brasileira, se tornando difícil assumir uma identidade que na história do Brasil teve a marca da escravidão e do racismo. É a partir desses questionamentos que a produção historiográfica e antropológica faz um significativo avanço na produção acerca dos quilombos históricos e as comunidades quilombolas contemporâneas. Neste sentido, trago o conceito de quilombo de Flávio dos Santos Gomes *apud* Carvalho; Schmitt; Turatti (2002, p. 2) como “Campo negro”: “Uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos”.

Os grupos que são considerados remanescentes quilombolas se constituíram a partir de uma grande diversidade de ações, incluindo as fugas com ocupações de terras livres, mas também, por meio de doações de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades e a compra de terras durante o período escravocrata.

Através dessa visão mais ampliada sobre as diversas origens e histórias destes grupos e a promulgação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tornou necessário a revisão de conceitos como quilombo e remanescentes quilombolas, pois como a maioria desses grupos reivindicam a titulação de suas terras, para que eles pudessem ser contemplados nessa categoria, se tornava fundamental demonstrar por meio de estudos científicos a existência de

uma identidade social e étnica por eles compartilhados por meio da terra. Ser remanescente quilombola para José Milton Garcia *apud* Andrade (1997, p. 47) indica:

A situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizada para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma presença uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico.

Esse sentimento, de ser e pertencer a um grupo é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, esses dois conceitos são fundamentais e estão relacionados com as comunidades negras rurais. Nas comunidades camponesas no Brasil, existe uma forte relação entre parentesco e território, logo, constituindo uma identidade na medida que os sujeitos estão estruturalmente localizados a partir do pertencimento a grupos familiares e se relacionam dentro de um território maior. Essa identidade quilombola é construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo de décadas, pois essas lutas são pelo direito de continuar ocupando e transmitindo as futuras gerações sua história, identidade e cultura.

As comunidades vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história, esses grupos de remanescentes quilombolas passaram a valorizar positivamente seus aspectos culturais e as suas relações coletivas como forma de resistir às pressões sofridas por um racismo que está enraizado na sociedade brasileira, fazendo com que neste contexto social seja construída sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações que estão relacionadas à resistência cultural.

Neste contexto, o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 veio para favorecer a aplicação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. De acordo com o Decreto, as comunidades quilombolas serão definidas agora através de critérios de auto definição indenitária e reconhecimento de suas heranças ancestrais na escravidão. Esse procedimento, regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas. No artigo 2º do Decreto 4. 887:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombo os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada a opressão histórica sofrida.

O artigo 2.1 diz que “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade”. Esse critério, de auto definição passou a ter grande importância na identificação dessas comunidades, pois cabe aos moradores das comunidades e não ao Estado, se auto definirem como remanescentes de quilombolas.

As “comunidades de quilombo” são, portanto, grupos sociais cuja a identificação étnica os distingue do restante da sociedade brasileira; sua identidade é base para sua organização, sua relação com os demais grupos, e sua ação política (FILHO, 2011, p. 1).

Essas comunidades remanescentes de quilombos, estão inseridas no contexto das comunidades ou povos tradicionais, assim, essa categoria foi criada há alguns anos e surgiu com a criação das unidades de conservação (UCs) que são áreas protegidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, estabelece que “povos ou comunidades tradicionais” podem ser entendidos como:

Grupos, culturalmente e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.

Essa categoria, quando criada e reconhecida pelo poder público, abarcou não somente as identidades coletivas tradicionais, sendo incluídos política e socialmente, como também, estabelecendo um acordo entre o poder público e esses segmentos, que inclui as obrigações de ambos, estimulando o diálogo entre sociedade civil, governo e o protagonismo social. Esse conceito de povos tradicionais, surgiu para reunir grupos sociais distintos¹ que lutam pelos seus territórios frente a fazendeiros e ao Estado.

Mesmo diante desse Decreto que as reconhecem como comunidades tradicionais, as comunidades remanescentes quilombolas se encontram na invisibilidade sofrida pelas pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas política e socialmente pelo poder público. Um dos grandes problemas que as comunidades remanescentes de quilombo

¹ Segundo Filho (2011, p.4), os grupos sociais distintos, são “comunidades Remanescentes de Quilombos, Povos Indígenas, Extrativistas, Pescadores dentre outras, o conceito de povos tradicionais surge para englobar esses grupos.”

contemporâneas têm enfrentado, diz respeito a titulação de suas terras, esse processo tem sido longo e doloroso para esse grupo.

Para regulamentar o processo de titulação das terras de quilombos, a exigência mais importante era a relação de um relatório conciso de identificação do território que se baseavam em informações históricas, agrônômicas, geográficas, cartográficas e contendo um cadastramento das famílias quilombolas e um levantamento da cadeia nominal. Devido a uma série de empecilhos e políticos que estavam contrários a causa quilombola, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) elabora uma nova normativa, nº 20/2005, que está baseada em critérios mais rígidos e impõe a obrigatoriedade de um antropólogo para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), se tornando mais complicado o processo de identificação e delimitação das terras.

Em nível nacional, multiplicaram as ações contrárias a questão quilombola, ao longo de 2007, a televisão, as revistas e jornais publicaram inúmeras matérias acusando o Governo Federal de reconhecer falsos quilombolas agindo contra os direitos constitucionais, que em julho de 2007 teve efeito sobre a ação do Governo Federal constituindo um grupo de interministerial com o intuito de modificar o Decreto de 4.887 e a IN nº 20/2005 do INCRA, no que diz respeito a demarcação de terras quilombolas.

O Governo manteve quase de forma total as suas propostas de alteração em sentido restritivo das normas do INCRA, por consequência disso, o próprio INCRA passou a emitir novas normas que levaram a um retrocesso a regulamentação vigente com a IN nº 49/2008 do INCRA, conforme Chasin; Perut; *apud* Banal (2013, p. 24):

Estabeleceu uma série de novos empecilhos á elaboração e conclusão dos relatórios. De acordo com a nova norma, o relatório deverá conter, dentre outras coisas, uma introdução apontando o referencial teórico e metodologia utilizados e uma lista de itens obrigatórios, como um levantamento de dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo: uma identificação e caracterização dos sinais diacríticos da identidade étnica da comunidade; um mapeamento das redes de reciprocidade intra e extra-territoriais, além da descrição das formas de representação política da comunidade; só para citar alguns poucos exemplos. Tais informações podem ser de grande relevância para uma pesquisa científica, de longo prazo, sobre o grupo em questão, mas não devem estar atreladas ao processo de titulação do território. As consequências dessa mudança serão maiores gastos de dinheiro público e uma demora incalculável na conclusão dos processos. Ou, o que é ainda mais provável, a paralisação no andamento dos poucos processos procedimentos que já tiveram seu RTID iniciado.

A norma 49/2008, passou a se chamar IN nº 57/2009 não havendo nenhuma alteração na norma em si. Nesse cenário, a situação atual é bastante desconfortável e pouco propício às comunidades quilombolas, o caminho até chegar a titulação das terras tem sido cheio de dificuldades. O quadro atual da política de regularização de territórios no INCRA tem várias etapas, a primeira é a abertura do processo que pode ser feito pelo INCRA como também, por qualquer pessoa interessada que faça um requerimento, das entidades ou Associações representativas de quilombolas, a segunda etapa é a elaboração de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a fase seguinte consiste na publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Portaria de Reconhecimento do Território e, se a área quilombola estiver localizada em terras de domínio particular é necessário que o Presidente da República elabore um Decreto de Desapropriação por Interesse Social de todo o território e a última etapa seria a emissão da Titulação. De acordo com o INCRA (2015):

Na regularização fundiária de quilombo, esta é a última etapa do processo e ocorre e ocorre após os procedimentos de desintrusão do território. O título é coletivo, pró-indiviso e em nome das associações que legalmente representam as comunidades e obriga-se a inserção da cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do território. Devido às diferenças de normatização, alguns títulos emitidos antes de 2004, pela Fundação Palmares, ainda se encontram na fase de desintrusão.

Esse quadro atual da política de regularização de territórios, parece bastante problemático se pensarmos no pequeno número de processos concluídos positivamente com a titulação de terras quilombolas até os dias de hoje. De acordo com os últimos dados atualizados em 13 de abril de 2017, foram emitidos apenas 220 títulos, regularizando 754.811, 0708 hectares em benefício 152 territórios, 294 comunidades e 15.910 famílias quilombolas. Além disso, no dia 21 de março de 2012 foi aprovada a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que transfere da União para o Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar e ratificar a demarcação de terras indígenas e quilombolas, sendo atribuída exclusivamente ao Congresso e aos parlamentares o poder de ratificar ou não as terras demarcadas anteriormente.

Atualmente a competência para emitir a titulação das terras quilombolas é do poder Executivo. No caso Governo Federal, o INCRA é o órgão responsável por

identificar, demarcar e conceder os títulos, já os Governos Estaduais também podem titular terras quilombolas contando com normas próprias para disciplinar os procedimentos.

No Estado da Paraíba, o cenário das lutas quilombolas pelos seus direitos se inicia em 2003, com a Associação de Apoio as Comunidades Afro Descendentes (AACADE) e a Coordenação das Comunidades Negras Quilombolas (CECNEQ), quando a AACADE começou oficialmente o trabalho com as comunidades Afrodescendentes, na Paraíba não se imaginava a existência de um número dessas comunidades espalhadas por todo território da Paraíba. O primeiro encontro das comunidades negras da Paraíba, ocorreu em 2004 sendo organizado pela AACADE e outras entidades envolvidas, nesta ocasião, foi criada a Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas. De acordo com Banal (2013, p. 36):

Foram identificadas 39 comunidades. Na quase totalidade trata-se de quilombos rurais, contando apenas com três quilombos urbanos, Paratibe em João Pessoa, Os Daniel em Pombal e Telhado Urbano em Santa Luzia. A estimativa é de 2.693 famílias com aproximadamente 12.000 pessoas.

Dentro desta perspectiva, iremos discutir sobre as comunidades remanescentes quilombolas de Caiana dos Crioulos e Grilo, para entendermos como essas comunidades são vistas no contexto atual, a partir dessa nova ressignificação do conceito de quilombo. A população quilombola do Estado da Paraíba passa por diversas dificuldades, sua realidade representa ainda problemas originados pelo racismo institucional, sua marca é a ausência de políticas públicas que sejam criadas e direcionadas para esta população.

Quando as políticas públicas são direcionadas e efetivadas às comunidades quilombolas, representam para estas populações a possibilidade de alcançarem o direito à cidadania, a titulação de suas terras e a preservação da sua história e cultura, esses povos tradicionais da Paraíba precisam continuar lutando e resistindo para que assim, suas realidades sejam realmente transformadas.

A comunidade remanescente quilombola de Caiana dos Crioulos está localizada no município de Alagoa Grande-PB, sua localização é de difícil acesso e a sua trajetória histórica está pautada na disputa de terras ocupadas tradicionalmente pelos seus ancestrais. De acordo com o INCRA (2017):

A origem de Caiana dos Crioulos não é clara, segundo o RTID. Alguns autores afirmam que a comunidade de Caiana dos Crioulos descenderia de

escravos africanos que por lá se instalaram entre os séculos XVIII e XIX, rebelados quando o desembarque de um navio negreiro aportado em Baía da Traição, no litoral norte da Paraíba. Outros entendem que Caiana teria se originado pela chegada a Alagoa Grande de sobreviventes do massacre do Quilombo dos Palmares, o que justificaria a existência da localidade denominada de Zumbi nas proximidades de Alagoa Grande.

Nenhuma dessas versões são confirmadas, mas o que se pode afirmar de acordo com o RTID criado a partir dos depoimentos dos mais velhos, é que o grupo está estabelecido naquele local há mais de 150 anos. A identidade étnica deste grupo é reafirmada através das manifestações culturais que estão presentes no cotidiano e, são “evidenciadas nas músicas, na ciranda, nas festas religiosas e comemorativas, nos casamentos e demais símbolos e mitos intrínsecos à memória individual e coletiva dos caianenses” (SANTANA, 2011, p. 43).

A comunidade, conta com uma associação que é o espaço utilizado para os encontros sociais e políticos, em que são realizados encontros mensais para os membros sendo um espaço coletivo, outra conquista da comunidade foi a implementação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Firmino da Silva no espaço do quilombo. Pelo fato de pertencerem ao mesmo grupo étnico, homens e mulheres compartilham um sentimento de pertencimento e uma história comum que é passada pela tradição oral.

Caiana dos Crioulos teve sua Certidão da Fundação Cultural Palmares (FCP) de auto definição publicada no Diário Oficial da União dia 08 de junho de 2008, o seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi publicado entre os dias 24 e 28 de dezembro de 2015 no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da Paraíba. A Portaria de Reconhecimento do Território foi publicada no dia 06 de fevereiro de 2017 no Diário Oficial da União, no qual foi reconhecida e declarada 646 hectares de terras, localizados nos municípios de Alagoa grande, Matinhas e Massaranduba. Atualmente, a comunidade de Caiana dos Crioulos se encontra no processo de solicitação da publicação do Decreto de Desapropriação por Interesse Social de três imóveis inseridos naquela área, que será assinada pelo Presidente Michel Temer.

A comunidade remanescente quilombola do Grilo está localizada no município de Riachão do Bacamarte-PB. O topônimo² Grilo, a qual foi dado o nome dessa

² De acordo com Nunes (2013, p.4-5), “Toponímia (nome de lugar) é uma disciplina que se dedica aos estudos dos nomes dos lugares (municípios, cidades, vilas e estados), e é norteada pela função onomástica. Em sua formação, o topônimo recebe influências internas e externas que podem ser únicas ou combinadas (simples, composto, híbrido). Essas influências podem vir das condições geográficas, históricas, culturais, sociais, etimológicas, semânticas, linguísticas ou taxionômicas. ”

comunidade, surgiu a partir da denominação da fonte de água mais antiga, conhecida como cacimba do grilo e traduz a memória coletiva, um sentimento de pertencimento a um lugar e a sua história. Segundo o INCRA (2016):

De acordo com depoimentos dos moradores do Grilo, transcritos no RTID, a comunidade se originou quando as terras da comunidade quilombola vizinha, a Pedra D'Água, tornaram-se insuficientes para sustentar todas as famílias. Descendentes da Pedra D'Água se estabeleceram em terras dos arredores, que hoje constituem as comunidades quilombolas do Grilo, do Matias e do Matão.

O relatório do INCRA ainda explica que, as famílias que hoje vivem na comunidade, descenderam dos primos Manuel Dudá e Dôra, que depois de casados retornaram ao Grilo, onde Manuel havia nascido, na condição de moradores. Somente no final dos anos 1960 que a família comprou um pequeno pedaço de terra, em que hoje é o núcleo da moradia do Grilo. Os filhos do casal foram se estabelecendo ao redor dos pais e passaram a depender das terras vizinhas para manter seus roçados, não mais como moradores, mas como arrendatários.

A identidade étnica desse grupo está presente na organização dos laços de parentescos, na memória das festas e do trabalho, pelo casamento endogâmico³, pelo coco de roda, ciranda e pelo samba. No espaço da comunidade remanescente quilombola do Grilo foi construída a Associação dos Moradores que possui um significado político de acordo com as lutas desenvolvidas pela comunidade e também, conta com a Escola Manuel Cândido Tenório.

O Grilo, teve sua Certidão da Fundação Cultural Palmares (FCP) de auto definição publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2006, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi publicado entre as datas 25 e 28 de março de 2011, já a Portaria de Reconhecimento do Território foi publicada no Diário Oficial da União no dia 05 de fevereiro de 2013. No dia 05 de dezembro de 2013, foram assinados pela Presidenta Dilma Rousseff e publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte, o Decreto de Desapropriação por Interesse Social, o Título Provisório de dois dos três imóveis que integram o território, foram assinados no dia 21 de dezembro de 2016, e assegura o direito a 139 hectares de terras para as famílias que vivem ali há gerações, no dia 8 de fevereiro de 2017 a comunidade do Grilo recebe das mãos dos servidores do INCRA/PB os Contratos de Concessão de

³ Que se refere a endogamia, (casamento consanguíneo); característico ou próprio da endogamia. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/endogamico>.

Direito Real do Uso (CCRUs), que servem como título provisório e garante a posse da área pela comunidade até que sejam concluída pela Justiça Federal as ações de desapropriação dos três imóveis, para que assim o INCRA emita os títulos definitivos das terras em nome da comunidade do Grilo.

Percebemos que as comunidades remanescentes quilombolas de Caiana dos Crioulos e Grilo, possuem uma trajetória histórica própria, relações sociais e representações, relações territoriais específicas, ancestralidade negra, opressão sofrida e lutam pelo reconhecimento da terra. O sentimento de pertencimento a um grupo que existe nas comunidades negras rurais é o elemento essencial para a construção de uma identidade étnica, é este sentimento que faz com que o grupo se constituía enquanto comunidade. É a partir dessa nova visão, das diversas histórias e origens que passamos a perceber como as comunidades negras rurais ocuparam o espaço em que vivem por meio de uma grande diversidade de ações, mostrando a existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhados por meio da terra, além disso, podemos constatar o longo percurso feito por essas comunidades negras rurais para a obtenção do título da terra.

3.2 Trajeto histórico de Caiana dos Matias

A comunidade remanescente quilombola de Caiana dos Matias está localizada no município de Serra Redonda-PB, situada na região do Agreste paraibano, encontrando-se a aproximadamente 3 km e meio da sede do município. A história da comunidade se inicia em 1813, de acordo com as narrativas produzidas pelos idosos que através da oralidade transmitem suas práticas culturais, a tradição e o conhecimento de geração para geração. De acordo com Silva (2011. p. 23):

Foi por volta de 1813, que chegou a região onde hoje é conhecida a comunidade de Caiana dos Matias, um homem chamado João Matias para trabalhar na lavoura de cana de açúcar e do algodão. Este logo se estabeleceu nesta localidade até então sem nome, constituindo sua família.

Conforme o Incra (2017) enfatizou, a comunidade vai se constituir quando as terras da comunidade de Pedra D'Água que está localizada no município de Ingá-PB tornaram-se insuficientes para todas as famílias que ali habitavam, quando os negros buscam novas terras para “se estabelecerem em terras dos arredores e hoje constituem as comunidades remanescentes quilombolas, como é o caso dos

Matias”. Conforme podemos analisar na imagem a seguir, a comunidade hoje conhecida como Caiana dos Matias teve sua origem no alto da serra da mangueira.

Figura 1 Serra Da Mangueira



FONTE: Alberto Banal (2006)

O morador mais antigo era João Matias foi casado com Maria da Penha, com quem teve 25 filhos, os filhos foram se estabelecendo ao redor da casa dos pais, onde logo foi sendo habitado pela família. Nesse primeiro momento, os casamentos realizados na comunidade eram caracterizados pela a união de parentes consanguíneos. Conforme os relatos da comunidade, João Matias faleceu aos 88 anos de idade deixando seus filhos, netos, bisnetos e tataranetos com a tradição que ainda hoje continua naquele espaço.

O nome Matias, vem do sobrenome de João Matias primeiro habitante daquela comunidade, passando então, a se chamar de Sítio Matias. O trabalho desenvolvido na comunidade era com base na agricultura, que as pessoas que aqui residiam, trabalhavam no roçado, plantavam milho e feijão onde tiravam uma parte para alimentação e o que sobrava era vendido para complementar a renda familiar, tinha ainda o trabalho com o algodão que também era vendido no final da colheita, criava ainda animais de pequeno porte como galinhas, perus, cabras, porcos, e

existia o trabalho do carregamento do agave para a produção de cordas, além disso também acontecia a confecção do bordado de labirinto⁴.

As festas tradicionais que a comunidade contava era sobretudo, no mês de maio e junho, através do São João que tinha a participação de violeiros, sanfoneiros e cantadores de coco. O sítio Matias foi sendo conhecido pela religiosidade, pois no período de comemoração dos Santos da Igreja Católica se fazia a procissão, em festas de batizado e casamento era tocado um instrumento chamado rabeça⁵ e a sanfona, existia ainda as cantigas que eram dedicadas aos mortos, durante toda a noite no velório era cantado a chamada “Incelências”⁶ ao falecido para que assim, a pessoa despertasse do pecado tendo como objetivo levar a alma ao arrependimento dos pecados cometidos ou então, acompanhar a alma do ente querido aos cuidados de anjos e santos até sua chegada ao céu, essa tradição acabou a partir do momento que a Igreja Católica impediu que esses cânticos aos mortos fossem professados.

A culinária local também se tornou um atrativo da comunidade, como é o caso do bolo pé de moleque, mungunzá e beiju, geralmente era nas noites do mês de maio que se preparava para todos que ali se faziam presentes essas comidas sendo acompanhadas de café ou chá, no São João as comidas típicas se faziam presente pamonha, canjica e o milho. Em relação as práticas culturais locais, existentes se destacavam o trabalho das rezadeiras, quando as pessoas ficavam doente procuravam essas mulheres que tratava as doenças a partir das ervas encontradas na região como o lambedor indicado para gripe e tosse, todavia, se o doente estivesse em um estado mais grave se deslocava em uma rede sendo carregado pelas pessoas para procurar o médico na cidade. As famílias eram numerosas

⁴O bordado de labirinto, conhecido também como crivo de labirinto é produzido a partir de tecidos finos, especialmente o linho. O artesanato deriva de uma gama de traçados europeus, introduzidos no Brasil por intermédio da colonização portuguesa em meados do século XVII. A técnica do labirinto, permite a confecção de uma grande diversidade de gravuras, utilizando-se apenas do entrelace conveniente dos fios sobre uma trama têxtil em forma de tela. Disponível em: <http://www.paraibacriativa.com.br>.

⁵Rabeça é um instrumento musical de origem árabe, precursor do violino, de feitura popular, que soa por fricção, tocado por um arco, e possui, originalmente o corpo em forma de Pêra onde são colocados três ou quatro cordas. Tornou-se popular na Península Ibérica provavelmente na invasão dos mouros, e foi trazida para o Brasil ainda na época da colonização portuguesa. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>.

⁶Segundo SANTANA (2011, P.86) “No Catolicismo Popular brasileiro, as “Incelências” são um tipo de canto fúnebre, de matriz popular, vastamente difundida no interior do Brasil. Entoadas juntos aos moribundos e defuntos, durante toda a noite, trazidas de Portugal, a sentinela foi enriquecida com crenças indígenas e africanas, onde foram espalhadas por todo o Nordeste e outros Estados do Brasil.”

tinham até 25 filhos, as mulheres davam à luz as suas crianças em casa com a ajuda das parteiras.

A educação escolar no Sítio Matias iniciou-se a partir dos anos de 1930, com Hubilina Brasilina Gomes que ensinava as crianças a ler e escrever na sua própria residência, outros moradores também passaram a alfabetizar, o chamado popular “B a Ba” em suas casas e, foram eles quem incentivaram a busca pela educação escolar na comunidade passando a cobrar das autoridades o direito de ter seus filhos frequentando uma escola. Conforme enfatiza Silva (2011, p. 38)

Foi a partir de então que a comunidade se organizou e produziu um documento, abaixo assinado exigindo a garantia desse direito de ter seus filhos um acesso na escola. Essa iniciativa foi do morador, o senhor Joaquim Matias que levou o então documento ao prefeito na época Antônio Bilu de Oliveira, que com recursos próprios deu início a obra, que logo foi concluída.

A obra foi entregue no ano de 1976, até então, as crianças só tinham o contato com o letramento se frequentasse a casa de moradores que se disponibilizavam a ensinar a ler e escrever, conseqüentemente os moradores mais antigos não foram alfabetizados. A Escola Frei Benjamim, contou com duas professoras: Maria Ferreira, Vilma Barbosa da Silva e uma auxiliar, responsáveis por ensinar até a 4ª série, hoje 5º ano do Ensino Fundamental I, de início a escola contava com uma sala de aula, dois banheiros, uma cozinha e uma área livre que também servia como sala de aula. Devido à grande quantidade de alunos, foi necessário a ampliação da escola no ano de 1986, na gestão do prefeito José Bernardo dos Santos. Em relação a energia elétrica, foi somente no final da década de 1990 que chegou a comunidade.

Em 11 de julho de 2006, a Fundação Cultural Palmares (FCP) reconheceu a comunidade negra do Sítio Matias como remanescente quilombola, emitindo sua certidão de auto definição, sendo publicada no mesmo dia no Diário da União, passando então, a ser reconhecida como Caiana dos Matias. Atualmente, a comunidade remanescente quilombola possui o número entre 40 a 50 famílias que residem naquele espaço, o território que era ocupado pela comunidade passou a ser apropriado pelos fazendeiros da região e, hoje as terras pertencentes às famílias que residem em Caiana dos Matias são bem pequenas, ficando apenas com a parte alta, pedregosa e improdutiva, tendo uma estimativa de 15 a 20 hectares de terras.

Como podemos constatar com a imagem a seguir, a visão parcial da disposição das casas e do terreno pedregoso.

Figura 2 Visão Parcial Das Terras De Caiana Dos Matias



FONTE: Acervo pessoal de Clebiana (2017)

Hodiernamente, no cotidiano de Caiana dos Matias, muitas das práticas culturais foram perdidas ou esquecidas no decorrer do tempo, como as danças de coco de roda, as parteiras, violeiro, o artesanato com o barro e também as rezadeiras. A atividade econômica da comunidade está baseada na agricultura de subsistência plantam milho, feijão, mandioca e batata doce, para complementar sua alimentação e a renda familiar criam animais de pequeno porte como porco, cabra, galinha, guiné e peru, como também o gado. Tendo ainda alguns prestadores de serviços que trabalham para prefeitura de Serra Redonda, na sua maioria homens e mulheres trabalham na agricultura. Como consequência da apropriação das terras por parte dos fazendeiros locais, podemos perceber conforme evidencia Monteiro (2013, p. 194):

Para fazer roçados maiores os moradores da comunidade pagam atualmente o foro anual ou estabelecem com o proprietário da terra um

acordo, no qual o dono cede a terra e no final de dois anos os moradores do Sítio Matias, têm que plantar capim na terra para o gado do proprietário.

O Estado do Rio de Janeiro tem sido o lugar escolhido para a migração de jovens da comunidade dos Matias, hoje em dia homens e mulheres migram para essa região do Sudeste brasileiro na mesma proporção, geralmente os homens estão trabalhando na construção civil e as mulheres como babás ou empregadas domésticas. Isso ocorre principalmente por falta de políticas públicas que deem assistência a essa juventude quilombola, como uma educação de qualidade e cursos que visem a capacitação e atendimento das necessidades desse grupo tendo em vista a igualdade racial, utilizando do que a comunidade possui para o desenvolvimento econômico dos que ali residem.

A renda familiar provém da aposentadoria dos idosos e de programas do Governo Federal como o Bolsa Família, de acordo com a líder comunitária as ações desenvolvidas pelo governo na comunidade remanescente quilombola de Caiana dos Matias tem sido:

A construção de cisternas, tem uma cesta básica da Fome Zero que é recebida por etapas e tem a Cozinha Comunitária, a gente espera, que é difícil pra gente entrar no comércio, o projeto é inicial. A Cozinha Comunitária foi construída em 2013 e entregue em 2014. Quando você vai para o comércio legalizar pra vender o produto, tem que se saber a origem do produto, aí vem a vigilância sanitária e embarga, ali tudo é bonitinho [...]. A Emater solicitou o treinamento da vigilância sanitária para o curso de boas práticas de alimentação, quando chegou disse que o banheiro estava errado, as áreas de serviços estão erradas, porque tem que entrar produtos de um lado, lavar em outra sala, processamento em outra sala e esfriagem não sei onde, pronto, agora você vê tudo adequado, pra gente tá tudo ok, só que aí ele disse que não, mas não foi o cooperar que fez assim? Vai ter que adequar o local pra primeiro dá o selo de comercialização. Temos hoje só duas mulheres nesse projeto porque assim, a gente não tem uma venda, se tivesse tudo certo, a Prefeitura compraria 30%. A Prefeitura disse que adequava, mas aí tem uma espera, pois se necessita da verba (ELIANE BENTO DA SILVA, 2017).

Conforme o relato acima da líder comunitária, Eliane, esse projeto da Cozinha Comunitária é promissor, mas devido a estrutura da casa construída em 2013 está irregular, não podem produzir bolos, nem as polpas de cajá e acerola, conseqüentemente o número de mulheres que fazem parte do projeto são poucas. Esse projeto tem como intuito inserir as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, promovendo a geração de trabalho e renda a Cozinha Comunitária é um empreendimento solidário pautado na culinária regional.

Figura 3 Cozinha Comunitária



FONTE: Acervo pessoal de Clebiana (2017)

A população de Caiana dos Matias em seu cotidiano sofre com problemas relativos a falta de terras⁷, o acesso a comunidade que é difícil, não possui um Posto de Saúde para atendimento familiar levando a população a se dirigir até a sede do município, e a educação que é um pouco frágil. A Escola Frei Benjamim conta hoje com 16 alunos funcionando apenas no período da manhã, tendo até o 5º Ano do Ensino Fundamental I, a escola possui um laboratório de informática contendo 5 computadores que no momento não está sendo utilizado, pois falta os estabilizadores e um professor de informática para dar as aulas, em relação ao material didático a escola possui dentro dos seus limites todo início do ano letivo, a Secretária de Educação do Município de Serra Redonda disponibiliza o material para servir de apoio ao trabalho do docente.

⁷Devido a apropriação feita por parte dos fazendeiros nas terras que constituem a comunidade de Caiana dos Matias, a população ficou somente com as terras improdutivas no alto da serra. Para os moradores fazerem uma plantação maior se torna necessário pagar um foro anual ou estabelecerem um acordo os fazendeiros para poderem trabalhar na terra.

Figura 4 Escola Frei Benjamim



FONTE: Acervo pessoal de Clebiana (2017)

Entendendo a escola como um espaço de socialização, em que as crianças estabelecem relações entre si e com os docentes, a sala de aula é um espaço privilegiado para discutir sobre a importância do negro e da cultura afro descendente em nossa sociedade, buscando a valorização e o respeito aos diferentes povos que constituem o Brasil. Dessa forma, é necessário que as propostas educacionais da comunidade de Caiana dos Matias façam a interdisciplinaridade entre os conteúdos propostos pelo currículo, mas que também, sejam utilizados os saberes da comunidade trazendo o cotidiano dos alunos para a sala de aula.

A comunidade ainda conta com a Associação Negra Rural de Caiana dos Matias fundada em 11 de julho de 2006, é uma organização sem fins lucrativos formada por um grupo de mulheres, com duração ilimitada, de caráter social, assistencial e educativa. Eliane Bento da Silva é líder comunitária e assumiu a presidência da associação desde a sua criação em 2006, as mulheres têm exercido um importante papel na comunidade remanescente quilombola de Caiana dos Matias, elas têm lutado por projetos que possam melhorar as condições de vida das

famílias que residem neste local, como também vem lutando em busca da titulação da terra.

4 TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE CAIANA DOS MATIAS NARRATIVAS DE MEMÓRIA E LIDERANÇA

4.1 Narrativas sobre memórias de infância

Nesta sessão, abordaremos sobre as narrativas e memórias de infância das mulheres de Caiana dos Matias, para mostrar as histórias de vida dos sujeitos que fizeram parte desta pesquisa e a sua trajetória na comunidade percebendo a partir das suas narrativas, como era a comunidade durante a infância e juventude vivenciadas por elas. É nosso interesse perceber também e destacamos nesse tópico, como eram as famílias que residiam na comunidade a importância e participação destas e os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres naquele contexto.

A presente pesquisa está fundamentada nos pressupostos teóricos da História do Tempo Presente⁸, pois entendemos que ao trabalhar com a memória de pessoas vivas, esta não está desvinculada com seus relatos, a comunidade quilombola de Caiana dos Matias tem sido um espaço privilegiado para o estudo das narrativas orais no campo da História do Tempo Presente. De acordo com Eric Hobsbawm *apud* Lucila de Almeida Neves Delgado; Marieta de Moraes Ferreira (2013, p. 23):

O tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir a periodização, isto é, olhar, em função do hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação.

A configuração dessa História do Tempo Presente está diretamente ligada a uma dimensão temporal presencial, tendo os sujeitos ou testemunhos do passado oferecendo seus relatos e também narrativas como fonte histórica para o historiador analisar, possuindo assim uma memória viva que se torna fundamental para o estudo com tempo presente.

De acordo com Michael Pollak (1992), existe elementos que são, portanto, constitutivos da memória. O primeiro deles, seria os acontecimentos vividos de forma pessoal, pelo o grupo ou pela coletividade, ou seja, são acontecimentos que nem sempre as pessoas participaram, mas no seu imaginário possuem tanta

⁸DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente e Ensino de História, 2013, p. 23-24.

importância que é quase impossível saber se ela participou ou não; para além de acontecimentos a memória é constituída também por pessoas e personagens, existindo personagens que serão encontrados no decorrer da vida, como também personagens que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa; Além dos acontecimentos e dos personagens, a memória é constituída também pelos lugares, lugares de memória. Esses, vão estar ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal, mas muitas vezes não possuem um tempo cronológico.

Esses três elementos que constituem a memória podem estar alicerçados em fatos reais, mas também podem estar tratando da projeção de outros eventos, existem ainda os problemas ligados aos vestígios datados da memória, que diz respeito ao que fica gravado como uma data precisa de um acontecimento, podemos então perceber que a memória é seletiva nem tudo ficará registrado. “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas a vida física das pessoas. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p. 204). Se torna importante enfatizar que a memória para além de ser um fenômeno individual, também pode ser entendida de forma coletiva e social, estando sujeita a construções coletivas e a mudanças constantes.

A memória pode ser dividida entre memória coletiva, memória social e memória individual. A memória social como é produto das diversas disciplinas constitui um espaço polissêmico, comportando diversos sentidos e devido a essa polissemia do conceito, a própria distinção entre memória individual, coletiva e social se torna difícil. O critério usado para distinguir a memória coletiva da social alterna de autor para autor, para Jacques Le Goff *apud* Jô Gondar (2000, p. 2) “memória coletiva é para os povos sem escrita, aplicando termo memória social às sociedades onde a escrita já se tenha instalado”.

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva está associada a tradição mítica do grupo, que possuem três interesses como a idade coletiva do grupo, as genealogias expressando o prestígio dos grupos dominantes e ainda está ligado ao saber técnico transmitidos por práticas mescladas a magia religiosa. É a partir do aparecimento da escrita que vai haver uma transformação da memória coletiva, de início com as inscrições epigráficas, os monumentos, que tinha como objetivo perpetuar a lembrança, os documentos escritos que passa a fornecer aos homens uma marcação, memorização e registro passando da esfera auditiva para visual,

transformando a memória coletiva em memória social. Para Pierre Nora *apud* Jô Gondar (2000, p. 3) memória coletiva seria “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou os que os grupos fizeram do passado”, para este historiador há uma sobreposição entre memória social e memória coletiva sendo valorizada por ele.

Já em relação a distinção feita entre memória individual e memória social, conforme o conceito mais tradicional, a memória vai nos remeter a um fenômeno individual e psicológico, possibilitando ao homem uma atualização das impressões e informações passadas. Essa memória seria caracterizada como uma experiência interior e subjetiva, no qual faltaria uma dimensão do visível e também do tocável que fazem parte da memória social, “a memória individual dificilmente podia ser compartilhada, ela poderia ser passível de transmissão, através da palavra” (GONDAR, 2008, p. 3), a memória individual é socialmente constituída.

É preciso pensarmos a memória enquanto relação que vai além de qualquer oposição entre indivíduo e coletivo, pensar assim traz a possibilidade de que a memória possa a ser criada e recriada, sendo produzidos a partir de novos sentidos que a todo instante se reproduzem tanto para os sujeitos individuais quanto para o coletivo, pois todos eles são sujeitos sociais.

As narrativas sobre memórias de infância das mulheres de Caiana dos Matias, se tornam uma fonte importante para esta pesquisa, pois através das suas falas podemos entender a história de vida dessas mulheres na comunidade, constituindo-se como uma importante fonte para a História do Tempo Presente. Neste sentido, trazemos os sujeitos de nossa pesquisa, Eliane Bento da Silva, que é líder comunitária, professora e agricultora, nasceu na comunidade de Caiana dos Matias e reside até os dias atuais, nossa outra entrevistada é Maria José da Silva Matias, ela é agricultora e também reside na comunidade. Conforme a imagem a seguir, trazemos nossas colaboradoras.

Figura 5 Mulheres De Resistência



FONTE: Acervo pessoal de Clebiana (2017)

Em relação a sua vivência da infância na comunidade de Caiana dos Matias, Eliane Bento da Silva (2017), afirmou que:

Eu Eliane vivi minha infância aqui mesmo na comunidade do Matias, filha de pais agricultor não tinha muito, mas o pouco para que hoje eu possa sobreviver, era uma infância inocente que brincava de boneca, gato, esconde-esconde e dormir logo cedo, porque não tinha televisão ou melhor o que nos iluminava era a luz de gás a lamparina.

Conforme enfatizou acima, a sua infância foi marcada por dificuldades, mas também por brincadeiras que faziam parte do seu cotidiano na comunidade, percebendo ainda outro fator em sua fala, a falta de energia elétrica na comunidade que só vem chegar tardiamente no final dos anos 1990 em Caiana dos Matias. Desde muito cedo já durante ainda a sua juventude, Eliane começou a exercer o papel de líder na comunidade “a partir já da minha infância liderava os outros da minha idade nas novenas, nos encontros religiosos e encontros de jovens” (SILVA, 2017). Ainda sobre a infância em Caiana dos Matias, Maria José da Silva Matias (2017) relatou que:

Me lembro que desde antigamente, desde pequenininha minha mãe ficava limpando mato, carregava agave pra fazer aquela fibra. Nós ficava em casa

ajudando a minha mãe e depois ia pro roçado trabalhar na roça, limpar mato, panhar algodão, fava, feijão todas as coisas que um agricultor fazia, nós fazia todos os dias.

De acordo com essa narrativa, Maria José nos mostra que ainda criança começou a trabalhar na roça e também nos afazeres domésticos para ajudar a sua família, além disso, podemos perceber os espaços que as crianças e mulheres transitavam e os trabalhos desenvolvidos pelos mesmo na comunidade.

Quando indagadas em relação as famílias que faziam parte da comunidade de Caiana dos Matias, Eliane respondeu que “antes de mim tinha outras famílias que passaram por aqui, Madalena, João Matias e outras” (SILVA, 2017). Essas famílias, compunham o espaço em que hoje seria reconhecida como uma comunidade remanescente quilombola, ainda de acordo com as famílias que viviam na comunidade, Maria José respondeu que “lembro das minhas tias mais velha, era tudo da roça, morava tudo aqui perto” (MATIAS, 2017). Percebemos então, que por ser uma comunidade pequena, todos que ali residiam eram parentes e compartilhavam de um sentimento familiar.

Os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres durante o período da infância e juventude de nossas entrevistas, evidencia os diferentes meios pelos quais as mulheres da comunidade de Caiana dos Matias atuavam em busca de melhores condições de vida, desde as necessidades mais básicas como a alimentação como também para a compra de roupas para se vestir, passando então por exercer várias atividades, que tinha como função principal ajudar na criação dos seus filhos.

O trabalho dessas mulheres eram de forma duro para comprar alguma coisa tinha que trabalhar alugado, no corte e carregamento do agave, catagem de algodão, raspagem de mandioca, catagem de fava, milho e também limpar o mato. Também tinha o bordado e o labirinto que fazia para as pessoas de fora da comunidade e todos os afazeres de casa e cuidar dos filhos. (ELIANE BENTO DA SILVA, 2017).

De acordo com nossa outra entrevistada, Maria José da Silva Matias (2017), os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres eram “no roçado mermo e limpando mato, cuidando de casa e na planta do algodão, feijão e colhendo pra dento de casa mermo”. Conforme essas duas falas relatadas acima, percebemos que essas mulheres já desmistificava a divisão sexual do trabalho que ainda permeia o imaginário social, que possui uma concepção naturalizada em que cabe ao homem ter a responsabilidade de provedor da família atuando nos espaços considerados

públicos e a mulher se responsabilizar pelos trabalhos domésticos e os cuidados com os filhos, onde o doméstico seria por excelência um espaço ocupado pelas mulheres.

Através das memórias e narrativas de infância das nossas entrevistadas Eliane e Maria José, percebemos as suas histórias de vida, as dificuldades enfrentadas por elas durante infância, as brincadeiras que faziam parte da comunidade, as famílias que constituíram a comunidade e a atuação das mulheres trazendo-as como sujeitos que constroem em meio as dificuldades suas próprias histórias, dando visibilidade as práticas exercidas por elas na comunidade.

4.2 Histórias de vida e liderança de mulheres da comunidade de Caiana dos Matias

As comunidades remanescentes quilombolas da Paraíba, em especial a comunidade de Caiana dos Matias, emergiram de um processo de produção e ocupação do espaço agrário que está fundamentada na autoridade paterna, criando assim, relações hierárquicas que são estabelecidas entre os membros da família. A nossa intenção, portanto, neste item da pesquisa é perceber como são construídas as relações de gênero nesta comunidade e como as mulheres de Caiana dos Matias constroem em seu cotidiano estratégias que indicam uma modificação das relações patriarcais na comunidade. A partir das entrevistas, analisaremos quais são os meios utilizados pelas mulheres para desmistificar a concepção universal do domínio patriarcal na comunidade negra rural de Caiana dos Matias, através da sua atuação.

Neste sentido, utilizamos o conceito de gênero como uma categoria de análise histórica, conforme enfatiza Joan Scott (1995, p. 80):

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.

O gênero como elemento constitutivo das relações sociais entre as diferenças percebidas, possui quatro elementos que estão inter-relacionados: O primeiro seria, os símbolos culturalmente disponíveis que se dão por meio da representação simbólica; em segundo lugar estão os conceitos normativos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas e políticas, tendo como forma uma oposição binária

fixa; o terceiro aspecto seria incluir a concepção de política como uma referência às instituições e a organização social e o último aspecto seria a identidade subjetiva, ou seja, as maneiras pelas quais as identidades de gênero são construídas pelos sujeitos. O Outro elemento que constitui a sua concepção é de gênero como a primeira forma de dar significado as relações de poder, seria a forma como a sociedade constroem seus conceitos de gênero e, a partir disso estruturam a organização da vida social, o gênero está envolvido na criação e na construção de poder em si mesmo.

Destarte, quando falamos de gênero nesta pesquisa estamos nos referindo a uma construção social e histórica dos sujeitos femininos e masculinos, sendo, portanto, produtos da sua realidade. Dentro desta perspectiva, o conceito de gênero será aqui utilizado em sua dimensão relacional, conforme aborda Louro (1994, p. 36):

O gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidades própria, ambas as categorias partilham da característica de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas como referência a ambos se supõe que os sujeitos são ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminilizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação.

Portanto, homens e mulheres são produtos da sua realidade social, o que será designado como feminino ou masculino diferencia conforme tempo e lugar, pois é a partir dos modos tidos como legítimos que em cada sociedade os sujeitos se definem como de ser homem e ser mulher. Tendo em vista estes aspectos é que consequentemente são construídas “verdades” e hierarquias em nossa sociedade. Se torna então, importante estudar sobre as práticas cotidianas das mulheres negras de Caiana dos Matias, pois possibilita a desnaturalização das representações que estão no imaginário social e também nos mostrar como tem sido a atuação das mulheres na comunidade, passando a percebê-las como sujeitos ativos. Desta forma, quando indagada sobre a importância da mulher em Caiana dos Matias, Eliane Bento da Silva (2017), respondeu que:

A mulher em si é tudo, hoje ela é a mulher e o homem da casa, pelo fato de alguns benefícios serem atribuídos para ela. Até então, elas estão presentes nas reuniões da comunidade, toma decisões de ações voltadas para comunidade e até mesmo na família.

De acordo com esse relato feito acima por Eliane, existe uma clara liderança feminina na comunidade, e nos mostra que elas ocupam lugares de poder e decisão nos espaços onde atuam. É preciso ainda dizer, que mesmo essas mulheres remanescentes quilombolas rompendo com a condição subalterna a qual foram submetidas, isso não significa dizer que não estejam submetidas a outras formas de dominação.

Ainda em concordância sobre a importância da mulher na comunidade Maria José da Silva Matias (2017), relatou que “eu acho que elas são muito trabalhadeiras né, todas elas, todas elas estão tudo trabalhando, faz todo o esforço pra trazer alguma coisa para dentro de casa e pra comunidade aqui né”. As mulheres quilombolas de Caiana dos Matias, tem desenvolvido um papel fundamental na manutenção social da comunidade. A imagem a seguir, nos mostra um projeto desenvolvido em 2007 intitulado formação de gestores:

Figura 6 Reunião De Gestores



FONTE: Alberto Banal (2007)

Esse projeto, tinha como intuito reunir pais ou responsáveis pelas crianças que frequentavam a Escola Frei Benjamim, professores e a Secretária de Educação

do Município de Serra Redonda-PB, com o objetivo de trabalhar o desenvolvimento educacional de alunos/as funcionando como aulas de reforço para as crianças e jovens de Caiana dos Matias. Nesse projeto foram as mulheres que participaram de forma assíduas aos encontros. Quando perguntamos sobre as dificuldades e os problemas que a comunidade de Caiana dos Matias enfrentou no passado e atualmente, Eliane Bento da Silva (2017) respondeu que:

No passado a falta de comunicação, a falta de acessibilidade de sair da comunidade para a cidade e outras comunidades, a saúde e educação que antes era nas casas das pessoas e, com o passar do tempo, passamos a ter uma escola para os filhos das famílias estudarem. O grande problema hoje é a falta de terra, para as famílias poderem trabalhar, plantar e colher, pois a comunidade não possui o título da terra pelo INCRA.

Conforme o relato feito por Eliane, fica evidente como a falta de comunicação, o acesso difícil a comunidade, a saúde e a falta de escola se tornaram um problema para o desenvolvimento da comunidade no passado, e atualmente a comunidade de Caiana dos Matias sofre pela falta de terras para as famílias que ali residem plantar e colher, deixando claro o quão demorado é para se receber o título da terra. Ainda conforme Maria José da Silva Matias (2017), em relação aos problemas passados e atuais da comunidade, respondeu que:

Acho que era por ser muito difícil, porque antigamente a gente não tinha nada de médico pra pessoa ir, tinha dia que quando um caísse doente levava no numa rede ou senão num burro daqui pra Serra e a gente se curava mais in negócio de mato, não tinha nada de médico, era folha de mato pra fazer chá e lambedor, folha de carrapateira pra amarrar na cabeça quando se tinha dor de cabeça era isso que noi fazia, antigamente minha mãe fazia pra gente, teve também muito tempo de estiagem, mai como a gente era pequenininha não se lembro muito não. E hoje as mulher ainda trabalha muito dentro de casa e da comunidade sem ter nenhum descanso.

Os problemas do passado mencionados por Maria José, comprovam como as famílias utilizavam de estratégias para contornar as situações difíceis a qual estavam expostas, e ainda traz os saberes com o uso de ervas medicinais utilizados para se tratar de alguns problemas de saúde, os períodos de estiagem e hoje um dos problemas relatos por ela tem sido a dupla jornada de trabalho desempenhado pelas mulheres de Caiana dos Matias. Em relação a luta por terra empreendida pelas mulheres em Caiana dos Matias, Eliane Bento da Silva (2017) respondeu que “a comunidade até 2006 não se via com direitos de defender e lutar por aquilo que

era das famílias que aqui morava, só aceitava o que os outros de posse ditava, os donos de fazenda”.

Em sua fala, Eliane nos mostra o quanto foi importante a Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2006 reconhecer que a comunidade de Caiana dos Matias é remanescente quilombola, pois é a partir de então, que as mulheres começaram a lutar por seus direitos. A imagem a seguir, revela uma comemoração feita na escola local do Dia das Mães em maio de 2007:

Figura 7 Ciranda



FONTE: Alberto Banal (2007)

Nessa comemoração, do Dia das Mães, parte da comunidade de Caiana dos Matias estavam reunidos, e os organizadores da festa procuraram por meios das atividades desenvolvidas nesse dia conscientizar, resgatar a identidade e a autoestima de homens e mulheres que se faziam presentes. Nesta imagem mulheres, jovens e crianças estão dançando a Ciranda que nos remete as práticas culturais que foram passadas de geração para geração. Conforme enfatiza Maria José da Silva Matias (2017) sobre a luta das mulheres na comunidade, ela respondeu que:

As mulher vevi lutando, de agora nós vevi lutando muito ainda, é muito complicado pra lutar mai, porque até aqui num tem forma nenhuma pra ter as terras pra nós trabalhar né, nós não temos terra aqui é uma comunidade só, no Matias aqui num tem ninguém de terra.

De acordo com a fala de Maria José, as mulheres nos últimos anos têm se reunido e lutado ainda mais pelos direitos que foram negados a negros e negras em nossa sociedade, e aponta ainda para esse processo demorado que tem sido para conseguir o título da terra para a comunidade.

A atuação das mulheres na comunidade de Caiana dos Matias, têm sido muito relevantes para essa comunidade porque tem possibilitado a politização dos moradores, compreendendo que não basta o Estado reconhecer uma dívida histórica que possui com o povo negro, mas garantir a terra e condições de permanecer de forma digna e viver trabalhando na comunidade.

Então, a partir de 2006 começamos a nos ver como mulher que tínhamos vez e voz, sair do escondido e ir para a luta, lutar por melhores dias e isso passou a acontecer com encontros para mulheres sobre direitos e deveres, saúde da mulher, cursos de aprendizagem na alimentação melhorar a tradição de alguns alimentos do dia a dia. (ELIANE BENTO DA SILVA, 2017).

De acordo com a fala de Eliane exposta acima, a luta das mulheres dentro do quilombo começa a partir de 2006, pois é a partir daí que as mulheres começam a se organizar na Associação Negra Rural que possui um caráter assistencial, social e educativa, lutando para conseguir o título da terra, os encontros são mensalmente e são elas que participam de forma assídua. Eliane, foi eleita líder comunitária desde 2006 e permanece até os dias atuais, “ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida” (MONTEIRO, 2013, p. 116).

Diante disso, essa pesquisa nos mostrou a importância de trazer as mulheres negras como sujeitos de sua própria história, sendo observado a partir das suas práticas cotidianas como elas têm desenvolvido um papel fundamental na manutenção social, política, cultural e educacional na comunidade remanescente quilombola de Caiana dos Matias. Percebendo ainda, que de acordo com os relatos feitos acima, como a partir das suas vivências e experiências passaram a construir modificações nas relações de gênero e ocupar cargos de poder e liderança dentro da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutimos sobre a trajetória das mulheres quilombolas de Caiana dos Matias, trazendo a partir dessa discussão os trabalhos desenvolvidos por elas na comunidade. Trabalhos esses, que se tornam fundamental para a manutenção social daquele espaço. A partir de suas histórias de vida foi possível perceber como têm sido sua atuação dentro da comunidade, os problemas, os anseios, dificuldades, lutas e resistências que foram empreendidas com bastante sabedoria para mudar a condição de subalternidade na qual estavam inseridas. Nele, podemos observar que foi somente a partir de 2006 quando a comunidade recebeu sua certidão de auto definição como sendo reconhecida como remanescentes quilombolas, que as mulheres de Caiana dos Matias, começaram a lutar por seus direitos e reivindicar perante o governo direitos que lhes foram negados durante toda sua trajetória na história do Brasil.

Neste sentido, as lutas empreendidas pelas mulheres de Caiana dos Matias têm sido em busca de melhores qualidade de vida, por uma educação que valorize o povo negro e a história da comunidade, por saúde, moradia e a titulação de suas terras. Portanto esta pesquisa possibilitou também perceber como tem sido demorado o processo para obtenção do título da terra na Paraíba e também em todo território nacional, as reivindicações feitas por essas mulheres é que o Estado crie meios para as famílias de Caiana dos Matias permanecer e viver de forma digna em sua comunidade.

Dessa forma, esse trabalho tem grande contribuição e relevância para os estudos no campo da História Cultural, apresentando novas fontes e uma compreensão dos trabalhos das mulheres e para os quilombos a partir do foco nas mulheres negras. Metodologicamente contribuindo para o uso de novas metodologias para a História Cultural do ponto de vista historiográfico, pois é uma nova historiografia que surge a partir dos quilombos. Este trabalho contribui para a linha de pesquisa de Gênero, Sexualidade e Corpo do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, trazendo novos olhares, novas reflexões para essa linha de pesquisa a partir do tema escolhido.

Diante disso, o curso de Licenciatura Plena em História contribuiu de forma significação para o desenvolvimento de um conhecimento científico que possui como alicerce o saber histórico, possibilitando e estimulando uma visão crítica sobre o

mundo no qual vivemos. Esperamos que esta proposta venha contribuir para novos estudos que tragam a partir da história das mulheres negras e das comunidades remanescentes quilombolas que é possível trazer a história local.

Portanto, essa pesquisa nos possibilitou trazer as mulheres negras de Caiana dos Matias como sujeitos de sua própria história, percebendo que a partir das suas práticas cotidianas elas desenvolvem um papel fundamental na manutenção social daquele espaço. Percebendo ainda que de acordo com as narrativas, as histórias de vida e liderança, passaram a construir modificações nas relações de gênero e hoje ocupam cargos de poder e liderança dentro da comunidade. Estudar a história de vida e liderança dessas mulheres de Caiana dos Matias é uma proposta que vem viabilizar novos olhares sobre as pesquisas com as mulheres negras nas comunidades e que pode possibilitar outras visibilidades nos estudos de gênero.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Tânia. (org.). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.
- BANAL, Alberto. A Via Crucis das Comunidades Quilombolas no Brasil e na Paraíba. **Quilombos da Paraíba a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. BANAL, A.; FORTES, M. E. P. (org.). João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013, p. 18-44.
- BERNARDES, Jeferson de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Maria Luísa Pereira de. **Modos de Subjetivação de Mulheres Negras: efeitos da discriminação racial**, 2009, p. 266-274.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil**. 2000, p. 91-107.
- CALDWELL, Kia Lilly. **Mulheres Negras, Militância Política e Justiça Social no Brasil**. 2007, p. 53-69.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011, p. 1-7.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. 2003, p. 117-132.
- CARVALHO, Maria Celina Pereira de; SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **A Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. 2002, p. 1-10.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente e Ensino de História**. 2013, p. 19-34.
- ESTANISLAU, Lúcia Avelar. Feminino plural. In: SOARES, M. N. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- FILHO, Aderval Costa. **Quilombo e Povos Tradicionais**. 2011, p. 1-15.
- FREITAS, Sônia Maria. **História Oral Possibilidades e Procedimentos**. 2. Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.
- GONDAR, Jô. **Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social**. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas – Ano 08, número 13, 2008, p.1-6.
- LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. Proj. História, São Paulo, 1994, p. 31-46.

MENDES, Andréa Aparecida. **Desigualdades Raciais e de Gênero e a Inclusão das Mulheres Negras na Educação e no Mercado de Trabalho: 30 anos de História Brasileira**. 2013.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As Mulheres Quilombolas na Paraíba: Terra, trabalho e território**. 2013.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. **Nova História das Mulheres**. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 382-409.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o Gênero**. 2000, p. 10-40.

NUNES, Verônica Ramalho. **Toponímia e Ensino: os nomes de lugares de origem indígena nos livros de geografia do ensino fundamental, considerações iniciais**, 2013.

PAIVA, Eduardo França. Corpos pretos e mestiços no mundo moderno-deslocamento de gentes, trânsito de imagens. **História do Corpo no Brasil**. DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, M. (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 69-106.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. Ed. Autêntica Editora, 2003.

PISCITELLI, Adriana. **Re-Criando a (Categoria) Mulher?**. 2001, p. 1-25.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5. A. 10, 1992, p. 200-212.

SANTANA, Jussara Manuela Santos de. **Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos**. 2011.

SANTANA, Manuel Henrique de Melo. **Incelências: O povo canta seus mortos**, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995, p. 71-99.

SILVA, Eliane Bento. **Nos Territórios da Memória: histórias que constroem saberes e práticas culturais na comunidade Caiana do Matias-PB**. 2011.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. **“Negras Nós Somo, Só Não Temo Pé No Torno”**: A identidade negra e de gênero em Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril e Santana. 2013.

SITES CONSULTADOS

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias art 68, da Constituição de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Instrução Normativa nº 20/2005 do INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Instrução Normativa nº 49/2008 do INCRA. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Instrução Normativa nº 57/2009 do INCRA. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Quadro Atual da Política de Regularização de Territórios Quilombolas no INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

INCRA Avança na Regularização de mais duas Comunidades quilombolas na Paraíba. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

INCRA/PB Entrega Títulos Provisórios a Comunidade do Grilo. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Endogamia. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/endogamico/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Bordado ou Renda de Labirinto. Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Rabeca. Disponível em: <<http://www.basilio.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2017.